

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE – UNIPLAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ELIANE CORREA COSTA

**AS PERCEPÇÕES DOS BENEFICIÁRIOS E SERVIDORES SOBRE O
PROGRAMA DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES EM VULNERABILIDADE
SOCIAL NO INSTITUTO FEDERAL DE LAGES/ SC**

Lages

2021

ELIANE CORREA COSTA

**AS PERCEPÇÕES DOS BENEFICIÁRIOS E SERVIDORES SOBRE O
PROGRAMA DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES EM VULNERABILIDADE
SOCIAL NO INSTITUTO FEDERAL DE LAGES/ SC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense para a Defesa de Dissertação do Mestrado em Educação. Linha de Pesquisa: Educação, Processos Socioculturais e Sustentabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Augusto Locks

Lages

2021

Ficha Catalográfica

C837p Costa, Eliane Correa.
As percepções dos beneficiários e servidores sobre o programa de atendimento aos estudantes em vulnerabilidade social no Instituto Federal de Lages-SC/
Eliane Correa Costa – Lages, SC, 2021.
110 p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Planalto Catarinense. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense.
Orientador: Geraldo Augusto Locks

1. Instituto Federal de Santa Catarina. 2. Política Educacional. 3. Vulnerabilidade Social. I. Locks, Geraldo Augusto. II Título.

Catálogo na Fonte: Biblioteca Central

ELIANE CORREA COSTA

**AS PERCEPÇÕES DOS BENEFICIÁRIOS E SERVIDORES SOBRE O
PROGRAMA DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES EM VULNERABILIDADE
SOCIAL NO INSTITUTO FEDERAL DE LAGES/ SC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense para a Defesa de Dissertação do Mestrado em Educação. Linha de Pesquisa: Educação, Processos Socioculturais e Sustentabilidade.

Lages, 25 de fevereiro de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Geraldo Augusto Locks
Orientador e Presidente da Banca – PPGE/UNIPLAC

Prof. Dr. Lindomar Wessler Boneti
Examinador Titular Externo – PPGE/PUC/PR

Profa. Dra. Lucia Ceccato de Lima
Examinadora Titular Interna – PPGE/UNIPLAC

In memoriam

Dedico esta dissertação à Marli de Fátima Amazonas de Jesus, entrevistada da pesquisa, falecida no dia 06 de novembro de 2020. Para ela “o IFSC era sua segunda casa e os servidores, sua segunda família”.

Minha gratidão

A Deus, meu refúgio, minha força, direção da minha vida.

Ao meu querido orientador, professor Geraldo Augusto Locks, por me conduzir, orientar e incentivar nesta trajetória acadêmica.

Ao professor Lindomar Wessler Boneti pelas, valorosas reflexões que contribuíram com esta pesquisa.

À professora Lucia Ceccato de Lima, pela alegria compartilhada e pela colaboração no desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores do Mestrado, por todo conhecimento e experiência compartilhados.

Aos meus colegas de trabalho da Coordenadoria Pedagógica do Instituto Federal, câmpus Lages.

Aos amigos e familiares.

Aos estudantes participantes da pesquisa.

Ao Instituto Federal de Santa Catarina.

Ao UNIEDU.

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE

Declaro que os dados apresentados nesta versão da Dissertação para o Exame da Defesa de Dissertação são decorrentes de pesquisa própria e de revisão bibliográfica referenciada segundo normas científicas.

Lages, 25 de fevereiro de 2021.

Eliane Correa Costa

O direito de estudar está relacionado ao direito humano de autonomia; e este constitui o patamar mais elevado de satisfação de necessidades sociais que não se restringem à mera sobrevivência física. Tem-se que reconhecer que uma das necessidades humanas é a de desenvolvimento da capacidade de agência e de crítica para a qual o processo educativo é fundamental. Esta seria a contrapartida natural e não imposta da Política de Assistência Estudantil. (PEREIRA-PEREIRA; STEN, 2010)

RESUMO

O objetivo desta investigação consiste em compreender os efeitos de uma política de Assistência Estudantil, na perspectiva da garantia do acesso e permanência, desenvolvida pelo Programa de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social no IFSC câmpus Lages, na percepção dos beneficiários e servidores. A pesquisa emerge da prática profissional e pedagógica da pesquisadora, Assistente Social, na referida instituição e responsável pela gestão do PAEVS, cujo Programa é apresentado como alternativa de inclusão social estudantil. O referencial teórico que embasou a análise foram autores que refletem o método histórico e dialético, dialogam com a questão da desigualdade social, políticas públicas de combate a exclusão social e acesso ao direito à educação. Nesta direção destacam-se alguns autores: Bauman; Boneti; Castel; Faleiros; Freire; Yamamoto; Netto e Sposati e as próprias normas legais do IFSC e do PAEVS. A pesquisa é de abordagem qualitativa e os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram a entrevista semiestruturada e a pesquisa documental. O método de análise dos dados foi a análise de conteúdo, com enfoque teórico-metodológico no materialismo histórico dialético. Foram entrevistados dez estudantes matriculados em 2018, beneficiários do Programa e quatro servidores que atuam no Programa. A partir dos dados analisados pode-se inferir que, embora o Programa precise ser ampliado e melhor articulado às demais políticas públicas, na percepção dos beneficiários e servidores, mostrou-se um importante instrumento de inclusão social, uma política afirmativa de permanência que garante aos estudantes das classes desfavorecidas a efetivação do direito à educação superior.

Palavras-chave: Programa de Atendimento ao Estudante. Política educacional. Vulnerabilidade Social. Instituto Federal de Santa Catarina/câmpus Lages.

ABSTRACT

This research aims to understand the effects of a Student Assistance policy, which is led from the perspective of guaranteeing access and permanence, and it was developed by the Social Vulnerability Students Assistance Program at IFSC campus Lages, according to the perception of the program beneficiaries and the institution's workers. The research emerges from the researcher's professional and pedagogical practice, the social worker, at that institution and responsible for the management of PAEVS, whose Program is presented as an alternative for student social inclusion. The analysis was supported by a theoretical framework whose authors reflect the historical and dialectical method in the following issues: social inequality, public policies to oppose social exclusion and to guarantee the rights to education access. Some of the researchers were: Bauman; Boneti; Castel; Faleiros; Freire; Iamamoto; Netto and Sposati and the IFSC and PAEVS legal guidelines. The research has a qualitative approach and the instruments used for data collection were semi-structured interviews and documentary research. The data analysis method was the content analysis, with a theoretical-methodological focus on dialectical historical materialism. Ten students enrolled in 2018, which were beneficiaries of the Program and four Program workers were interviewed. After the analyzed data it can be concluded although the Program needs to be expanded and better articulated with other public policies, in the perception of beneficiaries and public servants, it proved to be an important instrument for social inclusion, an affirmative policy of permanence that guarantees to students from disadvantaged classes their rights to higher education.

Keywords: Student Assistance Program. Educational policies. Social vulnerability. Federal Institute of Santa Catarina / campus Lages.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 – Concepção da pesquisa	19
Figura 2 – Representação da metodologia da pesquisa	27
Figura 3 – Organograma do câmpus Lages, lócus da pesquisa	48
Figura 4 – Itinerário Formativo – Eixos Tecnológicos	49
Figura 5 – Fachada do IFSC câmpus Lages	50
Quadro 1 – Tipos e valores dos Auxílios	57
Quadro 2 – Perfil dos estudantes entrevistados	60
Quadro 3 – Perfil dos servidores entrevistados	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AMURES – Associação dos Municípios da Região Serrana
- BNCC – Base Nacional Comum Curricular
- BPC – Benefício de Prestação Continuada
- CADÚNICO – Cadastro Único para Programas Sociais
- CAPES – Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEFETs – Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica
- CF – Constituição Federal
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
- ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
- ETFs – Escolas Técnicas Federais
- FECAM – Federação Catarinense de Municípios
- FIC – Formação Inicial e Continuada
- IFEs – Institutos Federais de Educação
- IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- IVS – Índice de Vulnerabilidade Social
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
- LOES – Lei Orgânica do Ensino Superior
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate
- MEC – Ministério da Educação e Cultura
- PAEVS – Programa de Atendimento a Estudantes em Vulnerabilidade Social
- PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil
- REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
- RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
- SCIELO – Scientific Electronic Library Online
- SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
- SISU – Sistema de Seleção Unificada
- TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- UNIPLAC – Universidade do Planalto Catarinense

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	23
3 QUESTÃO SOCIAL, SEU ENGENDRAMENTO NA SERRA CATARINENSE E A VULNERABILIDADE SOCIAL.....	29
3.1 A QUESTÃO SOCIAL.....	29
3.2 A SERRA CATARINENSE E O ENGENDRAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL.....	34
3.3 VULNERABILIDADE SOCIAL.....	37
4 EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (RFEPCT).....	41
4.1 O INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA (IFSC).....	46
4.2 INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA – CÂMPUS LAGES.....	47
5 A TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL.....	51
5.1 O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES).....	53
5.2 O PROGRAMA DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE EM VULNERABILIDADE SOCIAL (PAEVS).....	55
6 A EXPRESSÃO E OS SIGNIFICADOS DAS INFORMAÇÕES OBTIDAS NA PESQUISA.....	59
6.1 O PAEVS NA PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS.....	62
6.2 O PAEVS NA PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES QUE ATUAM NO PAEVS.....	77
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS.....	97
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	105
APÊNDICE B – FORMULÁRIO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – BENEFICIÁRIOS.....	107
APÊNDICE C – FORMULÁRIO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – SERVIDORES.....	109

1 INTRODUÇÃO

A motivação para a realização desta pesquisa está relacionada com a minha¹ inserção profissional como assistente social, no câmpus Lages do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), iniciada em 2013. Ao longo deste período pude problematizar diferentes aspectos relacionados à execução do Programa de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social (PAEVS), entre eles, a aplicação do critério da meritocracia para inserir ou não estudantes nesta política estudantil de inclusão social. Há profissionais que fazem diferentes questionamentos acerca da concessão de auxílios financeiros feitos ao estudante pelo PAEVS, sem a exigência de condicionalidades. Assim, o referido Programa é compreendido por diferentes pontos de vistas, incluindo gestores, técnicos e a comunidade acadêmica.

Portanto, esta pesquisa investiga o Programa de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social, desenvolvido pelo Instituto Federal de Santa Catarina. O campo empírico foi o câmpus Lages. O objetivo do PAEVS é o de proporcionar as condições básicas e essenciais à garantia da permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade social na instituição e buscando atuar, de modo preventivo, nas situações de evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. O PAEVS está vinculado ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que visa assegurar a permanência de estudantes de baixa renda nas instituições federais, viabilizando a igualdade de oportunidades entre os estudantes e, contribuindo, dessa forma, para a inclusão social e o desempenho acadêmico (BRASIL, 2010).

A pesquisa é de abordagem qualitativa, tendo como instrumentos de coleta de dados a entrevista semiestruturada, realizada com 10 (dez) estudantes beneficiários e 04 (quatro) servidores do Instituto que atendem o Programa, e a pesquisa documental. A metodologia utilizada para a análise dos dados é a análise de conteúdo, com enfoque teórico-metodológico no materialismo histórico dialético.

Para fundamentação teórica desta investigação foram abordados os conceitos de questão social, vulnerabilidade social, aspectos relacionados ao engendramento da questão social na Serra Catarinense. Também são refletidos a questão da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica através dos Institutos Federais, a implantação do IFSC câmpus Lages, a trajetória da Assistência Estudantil no Brasil, o Programa Nacional

¹ Na introdução quando eu falar de minha trajetória vou utilizar a 1ª pessoa do singular, depois quando entrar no texto, a 1ª pessoa do plural.

de Assistência Estudantil e notadamente e o Programa de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social (PAEVS). Para esse referencial teórico que fundamenta os principais conceitos utilizados na pesquisa, os bancos de dados utilizados para identificar estudos realizados neste campo do conhecimento foram: CAPES: teses, dissertações e periódicos, SCIELO, IFSC e UNIPLAC.

O IFSC é uma instituição pública vinculada ao Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) que tem por finalidade ofertar formação e qualificação em diversas áreas, nos vários níveis e modalidades de ensino (Formação Inicial e Continuada – FIC, educação profissional técnica de nível médio e educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação), articulados a projetos de pesquisa e extensão. Atualmente o IFSC possui 22 câmpus distribuídos em 20 cidades do estado de Santa Catarina.

Nessa contextualização, destacamos a democratização do acesso ao ensino com a ampla expansão da rede federal mediante a implantação de diversos câmpus no interior do país entre 2005 a 2010.

Deste modo, a Rede Federal, ao eleger como princípio da sua prática profissional a prevalência do bem social sobre os demais interesses, consolida seu papel junto à sociedade de modo a construir uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade, como verdadeiras incubadoras de políticas sociais (PACHECO, 2010).

Nesse novo modelo de educação profissional um dos desafios que se coloca para os Institutos Federais de Educação (IFEs) é o de garantir o direito à permanência escolar dos estudantes. Para atender essa demanda a política de Assistência Estudantil exerce papel fundamental uma vez que a interiorização dos IFEs possibilitou o acesso à educação para indivíduos pertencentes às classes populares.

Diante do exposto e considerando minha vivência profissional, que possibilitou perceber os limites e possibilidades materializados no cotidiano do espaço sócio-ocupacional da Educação, buscamos por meio desta pesquisa a compreensão dos efeitos² da política de Assistência Estudantil por meio do Programa de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social do Instituto Federal de Santa Catarina, numa perspectiva de inclusão social das classes menos favorecidas e não da ideia de filantropia ou paternalismo regida pela visão estereotipada da ordem burguesa do capitalismo que reforça o discurso da meritocracia.

²O termo "efeito" é compreendido nesta pesquisa como "produto, resultado de uma ação", conforme Dicionário Aurélio online (2020). Disponível em: <https://www.dicio.com.br/efeito/>. Acesso em: 30 mai. 2020.

Portanto, por reconhecer a contribuição do PAEVS para a criação de condições materiais indispensáveis para a permanência do estudante e à sua aprendizagem, o interesse desta pesquisa parte da dimensão social da Assistência Estudantil, ancorada na perspectiva do direito e não da meritocracia.

Sobre essa questão, Valle e Ruschel (2009) referenciam que as políticas educacionais brasileiras fundamentam-se nos princípios meritocráticos característicos das sociedades modernas. Para as referidas autoras, a meritocracia apresenta-se, desde o final do século XIX, como a única via de repartir os lugares (desiguais) nas sociedades democráticas tornando-se uma dimensão essencial de seleção das elites e de justificação da sua posição. As autoras constataam ainda que, os princípios meritocráticos integram a política educacional brasileira desde a Constituição Federal de 1934.

Diante das ponderações das autoras ressaltamos que, considerando o princípio neoliberal da meritocracia, a responsabilidade pelo futuro e pelo sucesso recai sobre os sujeitos, ou seja, depende essencialmente de seu esforço pessoal.

Assim, a Assistência Estudantil será, conforme Alves (2002, p. 9) “um componente mobilizador da educação, cujo acesso pode e deve se estender igualmente a todos os segmentos sociais”, estabelecendo relações mútuas entre as políticas de educação e estudantil.

Nesse sentido, convém considerar o compromisso do IFSC em promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, através de uma educação voltada para a classe historicamente excluída de direitos. Por essa perspectiva, buscamos afirmar a concepção da Assistência Estudantil como direito que não exige contrapartidas.

A materialização da Assistência Estudantil está amparada na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 206, inciso I, o qual preconiza que o ensino deve ser ministrado com base na igualdade de acesso e permanência na escola; na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que garante a universalização do atendimento e apoia-se nos princípios de democratização do acesso e da permanência e na garantia de qualidade da educação e; no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que tem como objetivos: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão e; contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

Podemos afirmar que essas normativas conferem à Assistência Estudantil um significado de caráter formativo e transformador, para além de um simples provimento material. Nesse sentido, para os beneficiários desta Política a educação constitui-se numa oportunidade de superação do ciclo da pobreza, já que o acesso à educação superior não era extensivo a todos, mas a uma pequena parcela da população. Ressalta-se, contudo, a necessidade da interconexão com as demais políticas sociais.

A problemática a ser estudada, qual seja a Política de Assistência Estudantil por meio do PAEVS está situada num contexto histórico dos modos de produção capitalista e neoliberal, cuja lógica do mercado é o principal agente de bem-estar social, onde os indivíduos são reconhecidos pela meritocracia produtiva. Por esse motivo, nesta pesquisa, esta política será tratada na perspectiva dos direitos, uma vez que o pensamento neoliberal vincula as políticas públicas ao indivíduo não produtivo.

Divergindo dessa visão capitalista, pretendemos investigar os efeitos da política de assistência estudantil por meio do PAEVS, numa tentativa de demonstrar seu potencial transformador e universalizante, ao estender o atendimento da política de Educação para os segmentos sociais historicamente excluídos deste espaço, numa perspectiva de ampliação de direitos.

A relevância social desta pesquisa está em se considerar as políticas de educação e de assistência estudantil no campo das preocupações profissionais do assistente social no âmbito da sua defesa e garantia e no papel estratégico que esta política desempenha do ponto de vista econômico e social, principalmente, sendo pensada de modo interdependente com os modos de vida e de produção, numa estrutura de contradições e em movimento, conforme apregoa o materialismo histórico e dialético.

Ademais, o IFSC câmpus Lages, onde foi realizada a pesquisa, está localizado numa região em que os indicadores sociais apontam para a situação de empobrecimento da população advindo do modo de produção capitalista, da sociedade de classe, do sistema do patriarcado combinado com a desigualdade social. Identifica-se neste modelo societário a origem e o desenvolvimento da questão social no território da Serra Catarinense, assunto que será aprofundado mais adiante.

Deste contexto cheio de contradições emerge a **questão de pesquisa**: Quais são os efeitos de uma política de Assistência Estudantil, na perspectiva da garantia do acesso e permanência, desenvolvida pelo Programa de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social no IFSC câmpus Lages/SC, na percepção dos beneficiários e servidores?

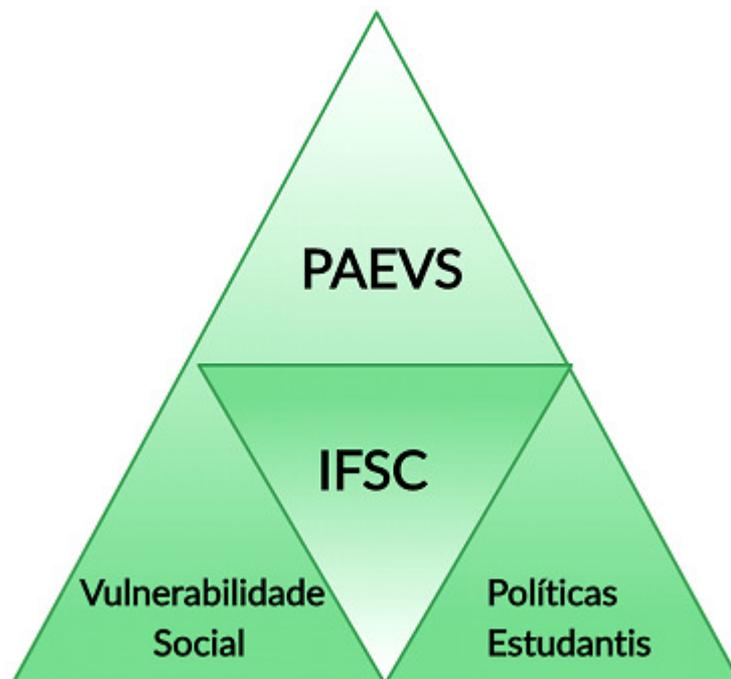
Diante do exposto, percorremos um caminho investigativo cujo **objetivo principal** orientador consiste em: Compreender os efeitos de uma política de Assistência Estudantil, na perspectiva da garantia do acesso e permanência, desenvolvida pelo Programa de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social no IFSC câmpus Lages, na percepção dos beneficiários e servidores.

Daí configuramos os seguintes **objetivos específicos**:

- 1) Descrever a institucionalização e implementação da Política de Assistência Estudantil mediado pelo Programa de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social (PAEVS) do IFSC;
- 2) Identificar o perfil dos estudantes, sujeitos da pesquisa, considerando renda per capita, condições de moradia, ocupação e acesso a programas sociais;
- 3) Analisar as percepções dos beneficiários e dos servidores vinculados ao PAEVS acerca dos efeitos do mesmo no atendimento às suas demandas.

Para tanto, o presente estudo está assim concebido, podendo ser configurado com a seguinte representação:

Figura 1 – Concepção da Pesquisa



Fonte: a autora, 2020.

O estudo parte do pressuposto de que a assistência estudantil no IFSC, no seu campo de atuação, engloba diversos públicos de estudantes, tais como jovens e adolescentes, adultos,

trabalhadores do comércio, trabalhadores rurais, desempregados, subempregados, diaristas, dentre outros, desenvolvendo ações de inclusão com o intuito de proporcionar o acesso, permanência e êxito na educação profissional técnica e tecnológica de seus beneficiários.

Analisando a condição de acesso do jovem brasileiro ao ensino superior no Brasil no contexto da situação da pobreza, Boneti (2009) aponta para os diferentes fatores que restringem e segregam o acesso à formação profissional pelo ensino superior.

O autor enfatiza que a preparação profissional do jovem brasileiro ocorre por intermédio dos cursos superiores e que, para tanto, o sistema nacional de ensino oferece, como alternativa, a modalidade de cursos técnicos, com a preocupação de satisfazer demandas do mercado de trabalho. Tais cursos têm um caráter emergencial e são, normalmente, oferecidos durante o período noturno, dirigidos especialmente a pessoas que já estão no mercado de trabalho, estruturados com um conteúdo programático técnico, guardando grandes fragilidades do ponto de vista da preparação geral e teórica.

Isso que o autor coloca é o que ocorre no IFSC câmpus Lages, onde os cursos subsequentes – aqueles em que os estudantes já possuem ensino médio – ocorrem no período noturno para atender as pessoas que querem estudar, porém trabalham durante o dia.

Boneti (2009) afirma ainda que além das exigências que, cada vez mais, são feitas sobre os jovens no sentido da sua preparação para a profissionalização, o acesso a esses tipos de cursos, pelo jovem brasileiro, em particular pela pessoa em condições de pobreza, tem se constituído num complicador a mais.

[...] Ou seja, algumas particularidades (globais e nacionais) se constituem num somatório de fatores negativos para a vida do jovem brasileiro, como é o caso da relação disjuntiva entre a premissa da excelência e o sentido da competitividade, implementado pelo capitalismo global, com as condições sociais e de acesso a essa profissionalização necessária pela juventude brasileira. Isto é, se de um lado o mercado de trabalho exige excelência e isso se encontra somente nos cursos universitários, por outro lado, a problemática maior reside no acesso a esses cursos. Problemática subordinada à condição social e às diferenças de classe (BONETI, 2009, p. 108).

Podemos afirmar que as expressões da questão social como o empobrecimento da população, o desemprego, a pobreza, as más condições de moradia ou a falta dela, a falta de acesso ao ensino público, dentre outros, integram uma problemática social que agrava o processo de exclusão social diante dos novos avanços tecnológicos que não são estendidos a todos. Diante do exposto, o discurso e os documentos relativos à assistência estudantil, especialmente aqueles relativos ao PAEVS, buscam a inclusão como mecanismo e instrumento de justiça e igualdade social.

O trabalho está organizado em sete seções. Na primeira, a introdução, abordamos o escopo do trabalho, a justificativa do tema escolhido, a problemática e os objetivos orientadores da investigação.

Na segunda seção, detalhamos os procedimentos metodológicos da pesquisa, onde serão apresentados os instrumentos de coleta e análise de dados adotados, bem como quem foram os sujeitos da pesquisa.

Na terceira seção centramos nossa atenção aos referenciais teóricos fundantes para a análise, ou seja, ao contexto histórico e estrutural de onde emerge a questão social de onde se desenvolveu a desigualdade social no território da Serra Catarinense; e o conceito de vulnerabilidade social, corolário da questão social.

Na quarta seção descrevemos a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, especificamente, o Instituto Federal de Santa Catarina e sua unidade educacional o Instituto Federal de Santa Catarina, campus Lages.

Na seção cinco, passamos em tela, a Trajetória da Assistência Estudantil no Brasil, abordando elementos de sua história, legislação, desafios e avanços; refletimos acerca do Programa Nacional de Assistência Estudantil, instituído em 2010. A Assistência Estudantil é concebida como estratégia para redução dos efeitos das desigualdades sociais, que comprometem o desempenho e o percurso acadêmico de estudantes provenientes de segmentos sociais excluídos. Finalmente, nesta seção abordamos o Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social – PAEVS, resultante de uma Resolução de 2017. Descrevemos seus fundamentos legais e normativos e suas ações.

Na sexta seção apresentamos as expressões e os significados das informações obtidas na pesquisa, ou seja, as percepções dos estudantes e servidores acerca dos efeitos do PAEVS.

Por fim, na sétima seção, apresentamos as considerações finais a respeito das questões levantadas, com destaque aos aspectos da análise dos dados e pontos relevantes da pesquisa.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção apresenta os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, apontando o percurso investigativo percorrido para a organização deste estudo. Reiterando que esta pesquisa é de abordagem qualitativa, contudo, foram considerados os aspectos quantitativos uma vez que os mesmos auxiliam na explicitação dos dados para a análise qualitativa.

O enfoque teórico-metodológico ocorre por meio do materialismo histórico dialético. A pesquisa qualitativa sob abordagem histórico-dialética parte da descrição da realidade e busca captar não só a aparência do fenômeno, como também sua essência, procurando desvendar sua origem, relações, dinâmicas internas e mudanças. Desse modo, “os significados, a interpretação, surgem da percepção do fenômeno visto num contexto” (TRIVINÓS, 2013, p. 129). Assim, o método dialético, vinculado ao plano histórico e real, estabelece uma trama de contradições e conflitos buscando o desenvolvimento e transformação dos fatos (FRIGOTTO, 2010).

Ainda de acordo com o autor, na pesquisa qualitativa com raízes no materialismo histórico dialético, o fenômeno tem sua própria realidade fora da consciência. Ele é real, concreto e, como tal, é estudado. Ou seja, o fenômeno social é explicado num processo e compreendido em sua totalidade.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram a pesquisa documental e a entrevista semiestruturada que, para Triviños (2013, p. 145) “[...] é um dos principais meios que tem o investigador para realizar a Coleta de Dados”. O autor privilegia a entrevista semiestruturada afirmando que esta, ao mesmo tempo em que valoriza a presença do pesquisador, oferece todas as perspectivas para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, de modo a enriquecer a investigação. O referido autor ressalta ainda que, no enfoque qualitativo,

as perguntas fundamentais que constituem a entrevista semi-estruturada não nasceram a priori. Elas são resultados não só da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também de toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno social que interessa, não sendo menos importantes seus contatos, inclusive, realizados na escolha das pessoas que serão entrevistadas (TRIVINÓS, 2013, p. 146).

Foram realizadas entrevistas com dez estudantes beneficiários do Programa, dos cursos técnicos e de graduação, matriculados no ano de 2018 e que possuíam Índice de

Vulnerabilidade Social³ (IVS) entre 500 e 1000; e quatro servidores, sendo 1(um) que ocupa cargo de direção no câmpus e 3 (três) lotados na Coordenadoria Pedagógica, setor responsável pela execução da política de assistência estudantil no IFSC. Para participar da pesquisa, previamente foram esclarecidos para os sujeitos pesquisados os objetivos desse estudo, sua importância e os elementos que compõe essa investigação.

A pesquisa procurou considerar os aspectos éticos, seguindo cuidadosamente o planejamento de suas atividades. Para garantir a responsabilidade ética nos procedimentos de coleta de dados, a pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC em 05 de setembro de 2019, sob o número 19378619.7.0000.5368, em conformidade com a Resolução N° 466 de 12 de dezembro de 2012 e Resolução 510/2016. Os sujeitos da pesquisa preencheram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), Apêndice A, elaborado pela autora a partir do modelo fornecido pela UNIPLAC.

Partindo do pressuposto de que a pesquisa é utilizada para buscar respostas para uma dúvida ou pergunta, pode-se afirmar que há diferentes razões para isso. Para Gil (2007, p. 17), a pesquisa é entendida como “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados”.

Na primeira etapa, os procedimentos foram a busca de informações sobre renda per capita, condições de moradia, ocupação e acesso a programas sociais dos sujeitos pesquisados e a consulta nos documentos norteadores do IFSC sobre a Assistência Estudantil, citados anteriormente.

Na segunda etapa, o instrumento de coleta de dados foi a entrevista semiestruturada com o intuito de captar os efeitos do Programa a partir da percepção dos seus beneficiários e servidores. Como primeiro procedimento de coleta de dados, foi feito um convite, pessoalmente, para os estudantes e servidores explicitados na amostra⁴, momento em que foram explicados os métodos, as questões éticas e os objetivos da pesquisa. Feito isso, a etapa

³ Conforme a Resolução Consup nº 42/2017, o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) é uma expressão quantitativa de análise composta de variáveis que juntas caracterizam a situação de vulnerabilidade social, sendo, portanto, um índice que caracteriza a situação de vulnerabilidade social, calculado com base na renda e em agravantes sociais e que pode ser usado como critério de acesso exclusivo ou associado em programas de assistência estudantil e/ou editais destinados aos estudantes do IFSC.

⁴ No ano de 2018 houve 580 pedidos de IVS, destes foram indeferidos somente 5 pedidos. Ou seja, 575 estudantes comprovaram situação de vulnerabilidade social. Não foram computados os estudantes que não solicitaram o Índice.

seguinte foi a realização de uma entrevista semiestruturada, previamente agendada, com o objetivo de pesquisar como os estudantes e servidores percebem os efeitos do PAEVS.

Os entrevistados foram identificados com as letras “B” de beneficiário e “S” de servidor, seguidas de números sequenciais. Foram entrevistados 10 (dez) estudantes beneficiários do Programa e 04 (quatro) servidores, destes: 1 (um) ocupante de cargo de direção no câmpus e 3 (três) lotados na Coordenadoria Pedagógica.

Para a entrevista, foi utilizado um roteiro com perguntas abertas e fechadas, conforme apêndices B e C, para que as mesmas perguntas fossem realizadas para todos os entrevistados. As entrevistas ocorreram no ambiente escolar, no momento mais oportuno para o entrevistado, de modo que permitisse o diálogo. A entrevista teve uma duração média de 30 minutos. As perguntas foram lidas pela pesquisadora e toda a entrevista foi gravada em gravador digital, após a autorização dos entrevistados, para facilitar a transcrição das respostas e a posterior análise dos dados.

A aproximação com os estudantes, sujeitos da pesquisa, permite o conhecimento direto da realidade e o entendimento do assunto pelos mesmos, possibilitando, dessa forma, uma melhor compreensão das informações prestadas. Nesse sentido, Triviños (2013, p. 138) afirma que:

o pesquisador qualitativo, que considera a participação do sujeito como um dos elementos de seu fazer científico, apóia-se em técnicas e métodos que reúnem características *sui generis*, que ressaltam sua implicação e da pessoa que fornece as informações. Neste sentido, talvez sejam a entrevista semi-estruturada, a entrevista aberta ou livre, o questionário aberto, a observação livre, o método clínico e o método de análise de conteúdo os instrumentos mais decisivos para estudar os processos e produtos nos quais está interessado o investigador qualitativo.

Considerando o direcionamento do tema, optamos também pela pesquisa documental pela riqueza de dados e informações que dela é possível extrair, conforme o entendimento de Cellard (2008, p. 295):

o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente.

A utilização desse procedimento, tendo o documento como objeto e fonte de investigação, possibilita o esclarecimento de determinadas questões que precisam de uma contextualização histórica. Nas palavras de May (2004), para que o conteúdo dos documentos seja entendido, ele deve estar situado em uma estrutura teórica, visto que não existe de forma

isolada. Os documentos, objeto de análise, foram as normativas legais do IFSC e do PAEVS. Os dados sobre as variáveis de renda per capita, condições de moradia, ocupação e acesso a programas sociais foram extraídos do sistema online de operacionalização do PAEVS.

A análise será de conteúdo, a partir do suporte teórico de Bardin (2016) que afirma: a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens, conteúdos esses que podem ser de natureza psicológica, sociológica, histórica e econômica. E ainda: “a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade” (BARDIN, 2016, p. 15).

Nessa direção Triviños (2013, p.160) recomenda o emprego deste método, porque:

para o desvendar das ideologias que podem existir nos dispositivos legais, princípios, diretrizes etc., que, à simples vista, não se apresentam com a devida clareza. Por outro lado, o método de análise de conteúdo, em alguns casos, pode servir de auxiliar para instrumento de pesquisa de maior profundidade e complexidade, como o é, por exemplo, o método dialético. Neste caso, **a análise de conteúdo forma parte de uma visão mais ampla e funde-se nas características do enfoque dialético.** (grifos nossos).

Para a análise e interpretação dos dados, o referencial teórico será baseado na perspectiva materialista histórico-dialética a fim de compreender a totalidade do objeto investigado. As respostas obtidas foram organizadas em categorias de análise buscando atender aos objetivos propostos.

Para Bardin (2016, p. 201) a análise por categorias:

[...] cronologicamente é a mais antiga; na prática é a mais utilizada. Funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. Entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou análise temática, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos.

Considerando o que afirma Bardin, as informações obtidas por meio das entrevistas semiestruturadas foram agrupadas em categorias de análise, a partir de expressões significativas de acordo com as quais o conteúdo da fala dos entrevistados foi organizado.

Considerando que o presente estudo trata de uma pesquisa sobre a política educacional da assistência estudantil e cujo enfoque teórico metodológico é o materialista histórico-dialético, deve-se fundamentalmente, nas palavras de Netto (2011, p.25), “apreender a totalidade da qual a problemática levantada faz parte, identificando inclusive os sujeitos históricos a quem essa problemática se refere”. Isso posto, podemos afirmar que a perspectiva

materialista histórica dialética, no nosso entendimento, é a que se mostra a mais apropriada para a compreensão da totalidade concreta em que se insere a problemática das políticas públicas educacionais, com vistas a uma educação emancipatória e revolucionária, conforme o pensamento marxista.

Para Kosik (1976), a análise das informações colhidas deve ser feita a partir das conexões, mediações e contradições, superando, desse modo, as primeiras impressões empiricistas (aparência) com vistas ao desvelamento do real, à análise das relações entre a parte e o todo (essência). É, pois, um processo que ultrapassa as proposições e argumentações superficiais e não aprofundadas, de modo a evitar resultados superficiais e aparentes. Para fins de visualização dos procedimentos metodológicos adotados, elaboramos a figura 2:

Figura 2 – Representação da metodologia da pesquisa



Fonte: a autora, 2020.

Depois de apresentados os procedimentos metodológicos e a representação da metodologia da pesquisa o passo seguinte é a apresentação dos referenciais teóricos.

3 QUESTÃO SOCIAL, SEU ENGENDRAMENTO NA SERRA CATARINENSE E A VULNERABILIDADE SOCIAL

Esta seção apresenta a fundamentação teórica que orienta a investigação, trazendo os conceitos que a basearam e os autores que são referência na temática estudada. Os principais conceitos abordados são: a questão social, seu engendramento na Serra Catarinense e um de seus corolários, a vulnerabilidade social.

3.1 A QUESTÃO SOCIAL

Esta subseção constitui parte da descrição do contexto onde se situa o objeto de dissertação, apresentando a origem e o desenvolvimento da questão social e suas manifestações e expressões. Para discorrer sobre a questão social parte-se de sua definição dada por Yamamoto (1998, p. 27):

a questão social é apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Seguindo no aspecto conceitual, Carvalho e Yamamoto (2014) concebem a questão social como as expressões em que se deram a formação, o desenvolvimento e a entrada da classe operária no cenário político da sociedade, buscando seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, onde o proletariado luta por intervenções que ultrapassam a caridade e a repressão.

Assim, a questão social, ganhou nova expressão a partir da relação capital x trabalho, tornando-se um movimento de rebeldia e resistência, como assinala Fraga (2010), ao dizer que o cerne da questão social está enraizado no conflito entre capital-trabalho, suscitado entre a compra (detentores dos meios de produção) e venda da força de trabalho (trabalhadores), que geram manifestações e expressões, que por sua vez, são subdivididas entre a geração de desigualdades, desemprego, exploração, analfabetismo, fome, pobreza, entre outras formas de exclusão e segregação social e também se expressa pelas diferentes formas de rebeldia e resistência, ou seja, todas as formas encontradas pelos sujeitos para se opor e resistir às

desigualdades, como, por exemplo, conselhos de direitos, sindicatos, políticas, associações, programas e projetos sociais.

Dessa forma, a questão social deve ser entendida em sua dupla dimensão: de um lado a exploração do trabalho pelo capital, a expressão das desigualdades e contradições sociais, e de outro, as lutas dos trabalhadores como forma de pressão social.

Conforme Bandeira (2013) a questão social enquanto categoria teórica surgiu na Europa Ocidental em meados do século XIX na esteira da Revolução francesa e no contexto de ascensão do capitalismo industrial e urbano. A expansão da sociedade capitalista provocou uma “revolução social”, com a emergência de novos atores sociais, novas formas de produção e conflitos decorrentes da exploração da classe trabalhadora urbana.

A sociedade industrial inicial conviveu com uma população pauperizada e oriunda do campo, que buscava sobrevivência nas cidades. Nesse sentido, a questão social abarcou o fenômeno designado como pauperismo, ou seja, uma situação de pobreza crescente entre os componentes das classes trabalhadoras, principal protagonista das mudanças econômicas, políticas e sociais. Observa-se um aumento da pobreza dessas classes, alicerçado no novo processo de produção e reprodução, consequente da expansão do sistema capitalista (BANDEIRA, 2013, p. 389).

O emprego indiscriminado da expressão questão social, em diversas áreas e por diferentes teóricos, veio atribuir-lhe diferentes conteúdos e significados. Contudo, de acordo com Netto (2001), todos eles se referiam ao pauperismo absoluto dos trabalhadores assalariados.

Pfeifer e Adams (2012), citados por Bandeira (2013), vão na mesma direção afirmando que a sociedade capitalista se baseia numa lógica exploradora e desigual estruturada pela forma de organização da produção que possibilitou a apropriação privada da riqueza social. Desse modo, surgiram novos atores sociais e novas dinâmicas de trabalho decorrentes da exploração e do empobrecimento dos trabalhadores, da ausência de reconhecimento pleno de seus direitos econômicos e sociais que não foram plenamente assegurados, mesmo por meio de políticas públicas correspondentes. Assim,

a vida miserável desse grupo social acabou por conscientizá-lo da precariedade das condições em que vivia e trabalhava, e a questão social explodiu na Europa e nos Estados Unidos. [...] A primeira constatação histórica do que se denomina questão social é a expressão das desigualdades e lutas sociais decorrentes da situação da pobreza em suas múltiplas manifestações (BANDEIRA, 2012, p. 388).

Mais recentemente, Robert Castel (1998) e Pierre Rosavallon (1998) ao tratarem da questão social, trazem como referência a crise do modelo de Estado do bem-estar social, sem explicitar suas raízes históricas na relação capital – trabalho. Para eles, o desemprego estrutural, a precarização das relações sociais no mercado de trabalho e as novas manifestações da pobreza e miséria sugerem uma “nova questão social”.

Diante do exposto, é possível afirmar que a questão social é um fenômeno muito complexo, está além do reconhecimento da realidade da pobreza e da miséria. No entendimento de Telles (1996, p. 85):

[...] a questão social é a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência da ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramadas nas dinâmicas das relações de poder e dominação.

Castel (1998) ao traçar um percurso histórico sobre a questão social e suas transformações a partir do século XIX, analisou a situação dos trabalhadores atingidos pela precarização e das demais categorias marginalizadas pela ordem dominante, assim como as mulheres e os negros. Para ele, todos fazem parte de um número significativo de vulneráveis. Enfatiza ainda que “[...] a exclusão não é a ausência de relação social, mas um conjunto de relações particulares da sociedade como um todo. [...] o cerne da problemática dos excluídos não está entre os excluídos” (CASTEL, 1998, p. 143).

Discorrendo sobre a ‘nova questão social’, Bandeira (2013) aponta que, na atualidade, a questão social pode ser entendida como expressão das desigualdades e lutas sociais em suas múltiplas manifestações, envolvendo segmentos sociais para além de trabalhadores e desprotegidos. Nos dias de hoje, apresenta-se complexa e diversa em sua composição, remetendo à conquista dos direitos econômicos, políticos e sociais como condição essencial para a efetivação da cidadania. Nesse contexto, os países industrializados e os periféricos assemelham-se uma vez que são afetados pelo desemprego, precariedade laboral, restrição de direitos, pobreza e exclusão social. Essas novas condições, fruto do capitalismo avançado, sintetizam, no entendimento da autora, a “nova questão social”.

E no cenário político brasileiro, qual é o lugar da questão social? Respondendo a essa indagação, Bandeira (2013) ressalta que, hoje, a questão social é responsabilidade de toda sociedade e está nas manifestações de rua e na demanda de atendimento igualitário, pela afirmação da cidadania e dos direitos sociais. Trata-se, pois, de um conjunto diversificado de movimentos sociais que se revigora ao reivindicar novas posturas éticas e políticas das

peças públicas e partidos, ações governamentais adequadas que respondam às carências sociais “[...] frente ao esgarçamento do tecido social, uma vez que a vida em sociedade já não corresponde mais a regras de equidade e de justiça nas relações sociais (BENEVIDES, 2001, p.7).

Ressignificando a concepção de questão social contemporaneamente, Telles menciona que,

[...] nesses tempos em que um determinismo econômico e tecnológico é intensificado, ganhando espaço até mesmo entre os analistas mais críticos, seria preciso se desvencilhar do fetiche dos modelos e reativar o sentido político corporificado em armaduras institucionais nas quais se estabeleceram as mediações entre o mundo do trabalho e a cidadania. Sentido político ancorado na temporalidade própria dos conflitos através dos quais os trabalhadores se destacaram e, ao mesmo tempo, dissolveram o mundo indiferenciado da pobreza na qual estavam mergulhados e constituíram-se como atores sociais coletivos, ganharam a cena pública e disputaram, negociaram, arbitraram os termos da sua participação na vida social (TELLES, 1996, p. 85).

Podemos afirmar ainda que a questão social é a inscrição da pobreza e suas consequências na agenda política do Estado e da sociedade. Alinhada a esse entendimento, Yamamoto (2001, p. 17) tem a dizer que "Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, e exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos".

Para Yamamoto (2013), a gênese da “questão social” encontra-se no caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização. É, portanto, indissociável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda de sua força de trabalho para a satisfação de suas necessidades vitais.

Continua a autora apontando que o trabalho e a acumulação são duas dimensões do mesmo processo, fruto do trabalho pago e não pago da mesma população trabalhadora. Para ela, o capital, na sua busca incessante de lucro, tende a expandir-se por meio da apropriação de trabalho não pago dos trabalhadores. Isso significa que o processo de acumulação faz crescer o fosso das desigualdades entre as classes sociais – a acumulação da riqueza e da pobreza – restringindo a capacidade de consumo riquezas socialmente produzidas.

Esse entendimento condiz com o pensamento de Dermeval Saviani (2017) o qual afirma que o trabalhador se não vender sua força de trabalho ao capitalista não terá como sobreviver, ele não tem escolha. Ou ele vende sua força de trabalho ou simplesmente vai morrer.

Isso significa que, enquanto o capitalista é livre na aparência e na essência, de direito e de fato, formal e materialmente, o trabalhador é livre apenas na aparência,

no plano do direito e no aspecto formal. Essencialmente, de fato e materialmente, ele é escravo. [...] Por isso os direitos do cidadão são direitos sociais que cada indivíduo possuirá sempre em detrimento de outros. Eis como a sociedade burguesa faz com que todo homem encontre noutros homens não a realização, mas a limitação de sua liberdade (SAVIANI, 2017, p. 659).

Com base nessas considerações podemos afirmar que vivemos numa sociedade cheia de contradições, em que não basta o trabalhador produzir, ele tem que produzir lucro, ser produtivo para o capital. Por outro lado, ele não usufrui dos frutos de seu trabalho, dos bens que produz, tendo que sujeitar-se a vender sua força de trabalho em troca da sua sobrevivência.

Conforme Fernandes (1975), no Brasil, a expansão monopolista manteve a dominação imperialista e a desigualdade interna do desenvolvimento da sociedade. Ela aprofundou as disparidades econômicas, sociais e regionais, na medida em que vem favorecendo a concentração de renda, o prestígio e o poder social, étnico e regional. Essa expansão é forma de dominação política, de cunho contrarrevolucionário, em que o Estado capturado historicamente pelo bloco do poder assume um papel decisivo na unificação dos interesses das frações e classes burguesas; e na imposição e irradiação de seus interesses, valores e ideologias para o conjunto da sociedade, antecipando-se às pressões populares e realizando mudanças para preservar a ordem.

Com base no que diz o autor, podemos afirmar que, na conjuntura atual, as elites continuam no controle do Estado e a classe pobre continua subalterna, subjugada e dependente dos precários serviços públicos existentes. Yamamoto (2013, p. 334) ressalta que:

as múltiplas manifestações da questão social, sob a órbita do capital, tornam-se objeto de ações filantrópicas e de benemerência e de programas focalizados de combate à pobreza, que acompanham a mais ampla privatização da política social pública. A efetivação destas políticas tem sido transferida aos organismos privados da sociedade civil, o chamado “terceiro setor”. Expande-se, ao mesmo tempo, a compra e venda de bens e serviços, alvo de investimentos empresariais que avançam no campo das políticas públicas. As conquistas sociais acumuladas têm sido transformadas em causa de “gastos sociais excedentes”, que se encontrariam na raiz da crise fiscal dos estados, segundo a interpretação neoliberal. A contrapartida tem sido a difusão da ideia liberal de que o “bem-estar social” pertence ao foro privado dos indivíduos, famílias e comunidades. A intervenção do Estado no atendimento às necessidades sociais é pouco recomendada, transferida ao mercado e à filantropia, como alternativas aos direitos sociais que só têm existência na comunidade política.

Resgatando o que foi apresentado pelos autores da área, a questão social, resumidamente, pode ser assim concebida: ela é, por um lado, a manifestação da pobreza que decorre da apropriação do capital por parte de uma minoria da sociedade burguesa e, por

outro, ela representa o processo de resistência e lutas dos trabalhadores na defesa de seus direitos.

Na atual conjuntura brasileira, num ambiente de ideais e práticas liberais, de ajustes estruturais, de máxima valorização do mercado e retração do Estado no atendimento às demandas sociais, as conquistas sociais estão sendo cada vez mais devastadas, como por exemplo, a perda de 87% da verba do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para o fomento à pesquisa em 2020⁵ e o fim do programa Ciências sem fronteiras em 2017 pelo Ministério da Educação.

Esse sucateamento da Educação no Brasil, como podemos dizer, tem reflexos não só na qualidade da educação, mas também no campo social, através das visíveis sequelas da questão social expressas na exclusão, na subalternidade, nas desigualdades sociais e no empobrecimento de grande parte da população brasileira.

3.2 A SERRA CATARINENSE E O ENGENDRAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL

Esta subseção apresenta brevemente a gênese e alargamento da questão social no território da Serra Catarinense, bem como a formação social e seu desenvolvimento socioeconômico. Resgata, ainda, o modo de produção capitalista, de onde advém a questão social e por fim, traz os indicadores sociais e econômicos da região.

Considerando a perspectiva teórica do materialismo histórico-dialético em que se fundamenta o presente estudo, o espaço geográfico da Serra Catarinense é abordado como território, conceito compreendido por Souza (2008) como um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” e os “outros”. (grifos do autor)

Nessa mesma direção aponta Haesbaert (2004, p. 18):

O território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder estatal e visto como produto da apropriação feita através do que se constitui a identidade social sobre o espaço geográfico e ao mesmo tempo se configura num produto espacial dialético entre classes sociais e da relação capital-trabalho.

⁵ Fonte: <http://fapesq.rpp.br/noticias> Acesso em: 16. maio. 2020.

Visto nessa dimensão, o território constitui-se num espaço social, de relações de poder, representações sociais e vivências, para além de um espaço geográfico, portanto um conceito essencial quando se busca compreender a realidade numa perspectiva dialética.

O território da Serra Catarinense, *locus* mais abrangente de atuação do IFSC câmpus Lages, é constituído por dezoito municípios que atualmente compõem a Associação dos Municípios da Região Serrana (AMURES). Lages é a cidade pólo regional fundada no século XVIII, com aproximadamente 156.727 habitantes, segundo IBGE (2010)⁶. A questão social nesse território é advinda do modo de produção capitalista quando em 1766 inicia tardiamente o processo de colonização da região pelos paulistas de origem portuguesa (COSTA, 1982).

A ocupação e atividade econômica orientaram-se pela estruturação latifundiária da terra. Grandes fazendas de criação de gado em regime extensivo de produção. Tendo por base a posse da terra, em torno dos fazendeiros que se apossam da terra (por concessão do instituto jurídico português das sesmarias e antes da Lei de Terras de 1850), emergem os trabalhadores sem propriedade, capatazes, peões e aqueles que tiveram acesso a pequenas propriedades de terra.

Trata-se de um longo período de 1766 a 1940 no qual se pode evidenciar a formação social e o desenvolvimento socioeconômico, conforme Locks (2016) ao analisar a grande fazenda de criação de gado na perspectiva bourdiana compreendida como um “campo de representações”, muito mais que um espaço físico-geográfico, um “espaço social”, um “espaço de relações sociais”, onde ocorrem “lutas simbólicas desenvolvidas nos diferentes campos e nas quais está em jogo a própria representação do mundo social e, sobretudo, a hierarquia no seio de cada um dos campos e entre os diferentes campos” (BOURDIEU, 1989, p. 133). Nesse cenário engendraram-se relações sociais, econômicas, políticas, valores, formas de poder, relações de trabalho, configurando elementos da(s) identidade(s) culturais da população serrana e da cultura material e imaterial.

Decorre deste modo de produção a sociedade de classe, o sistema do patriarcado combinado com a desigualdade social. Convém destacar as formas de poder do mandonismo local, coronelismo, poder público e privado cimentado por relações assistencialistas e de compadrio. Identifica-se neste modelo societário a origem e o desenvolvimento da questão social tendo como marco gerador o acesso de poucos proprietários aos meios de produção, sobretudo à terra.

É com o declínio da pecuária no bojo de um projeto de país urbano-industrial na era Vargas, 1930 a 1945, que se reinventa o modo de produção materializado na exploração da

⁶ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/lages/panorama>. Acesso em: 30 mai. 2020.

madeira. Lages atinge seu apogeu econômico, contudo foi um curto tempo, de 1940 a 1970. A Serra Catarinense é rica e oferece abundantes florestas do tipo *Araucária angustifolia*. Tal atividade passa a integrar a região à economia nacional cumprindo uma importante função na divisão interregional do trabalho em âmbito de país.

O crescimento econômico regional foi desigual. Com o fim das reservas florestais, sobreveio o fechamento das serrarias, tendo o êxodo rural como consequência estrutural. Sem perspectivas esta população buscou trabalho e melhores condições de vida em Lages, em cidades litorâneas do Estado ou na Serra Gaúcha. Peixer (2002) ao analisar a cidade de Lages e seus tempos, denomina-a na década de 1970 de “cidade dos espoliados”. Lages, sem condições de receber os migrantes do território constitui-se a periferia urbana empobrecida. Intensificou-se a questão social.

Dados atuais do cenário de desigualdade social tende a continuar. Indicadores sociais e econômicos demonstram que na região:

[...] seu rendimento domiciliar *per capita* é 25% inferior à média estadual e possui, relativamente, número elevado de pessoas em situação de pobreza, mais de 49 mil pessoas, representando 9,5% do total do estado, muito acima de sua participação na população. Por essas razões, o Planalto Serrano configura-se como uma das macrorregiões de maior debilidade econômico-social. (PLANO SC 2030, 2018, p. 140).

O crescimento do emprego entre 2006-2016 foi de apenas 22,7%, contra uma variação média decenal de 35,6%, registrada no estado. Indicadores sociais na área de saúde apontam uma média superior à média do estado para mortalidade infantil, mortes por HIV, por acidentes de transportes e por homicídios. Na área da educação as notas obtidas são bastante inferiores à média estadual, refletindo na qualidade da educação básica.

É nesse contexto de contradições sociais, econômicas e políticas que se engendrou a questão social do território da Serra Catarinense. Ela é visível no contraste entre a imponência dos prédios e mansões no centro da cidade de Lages e a precariedade das moradias na periferia, nas faces do empobrecimento da população, no baixo desempenho escolar, na evasão escolar, nos altos índices de desemprego e violência doméstica, etc.

Dados do Relatório de Informações Sociais do Ministério da Cidadania⁷ mostram que, no município de Lages/SC, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em abril de 2020 era de 16.015. Destas: 4.890 com renda per capita familiar de até R\$ 89,00 (condições

⁷ Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/relatorio.php#Vis%C3%A3o%20Geral>. Acesso em: 29. jun. 2020.

de extrema pobreza; 2.054 com renda per capita familiar entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00; 4.193 com renda per capita familiar entre R\$ 178,01 e meio salário mínimo e; 4.878 com renda per capita acima de meio salário mínimo. Considerando uma média⁸ de quatro pessoas por família, o número de pessoas cadastradas em abril de 2020, é então de 41.849. Outro indicativo que chama a atenção é o de famílias em situação de rua: 237 famílias em situação de rua cadastradas, no mês de referência abril/2020. Já o número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF)⁹ no mês de junho de 2020 é de 6.193 famílias, representando uma cobertura de 82,2 % da estimativa de famílias pobres no município.

Analisando os dados acima, observamos que num universo de 156.000 habitantes no município de Lages, aproximadamente 25.000 pessoas dependem do Programa Bolsa Família. Isso sem considerar aquelas famílias que atendem aos critérios do Programa, mas sequer estão cadastradas no CadÚnico, por deficiências na implementação do Programa.

Estas expressões são resultados de um processo histórico do modo de produção capitalista materializado em uma sociedade de classe que se reproduz nas instituições, relações sociais, políticas, econômicas e culturais.

3. 3 VULNERABILIDADE SOCIAL

Nesta subseção será aprofundado o conceito de vulnerabilidade social, mostrando as diferentes dimensões que este conceito engloba na América latina e no Brasil e a importância de sua compreensão para a implementação das políticas públicas.

No campo das políticas sociais o conceito de vulnerabilidade social é recorrente sendo um dos que mais se tem discutido atualmente. O aprofundamento desse conceito é fundamental uma vez que a presente pesquisa irá analisar os efeitos de uma política pública por meio de um Programa que tem como sujeitos beneficiários estudantes em situação de vulnerabilidade social. Portanto, compreender a vulnerabilidade social é pressuposto para analisar o alcance da política pública de Assistência Estudantil no IFSC Câmpus Lages.

Os estudos mostram que o conceito de vulnerabilidade social é multifacetado englobando diferentes dimensões e situações que afetam os indivíduos, as famílias ou as

⁸ Média utilizada pelo MDS/atual Ministério da Cidadania.

⁹ O Programa Bolsa Família é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único.

coletividades, dentre as quais se destacam, conforme Nery (2009), a dos bens materiais, a sócio-demográfica, a ambiental e a afetivo-relacional.

É importante destacar que os primeiros estudos acerca dessa temática limitavam a concepção de vulnerabilidade apenas ao viés econômico. Foi somente a partir da década de 1990 que se ampliou a discussão sobre as vulnerabilidades e seus conceitos. Nesse sentido Monteiro (2011, p. 3) observa que:

A temática estava mais voltada para o sentido de conhecer os setores mais desprovidos da sociedade (uma vez que se utilizava de indicadores de acesso ou de carências de satisfação das necessidades básicas) do que para compreender os determinantes do processo de empobrecimento. Com isso, foram delineados os grupos de risco na sociedade, com uma visão focalizada do indivíduo e não no contexto social que produziu a vulnerabilidade.

Há que se dizer que na América Latina houve um grande avanço na discussão do tema com os estudos de Carolina Moser, citados por Monteiro (2011), cujos apontamentos demonstraram que os riscos de mobilidade social descendentes não se apresentavam apenas para a população pobre, mas para a sociedade em geral, uma vez que a desproteção e a insegurança transcendem a capacidade de satisfação das necessidades básicas. Assim, atribui-se à vulnerabilidade social, um sentido mais amplo, uma vez que passa a ser entendida a partir de múltiplos condicionantes.

A autora acrescenta ainda que são considerados múltiplos os condicionantes da vulnerabilidade, constituindo-se num conjunto complexo e multifacetado de fatores emergentes do contexto, pela ausência ou precarização de recursos materiais capazes de garantir a sobrevivência (variáveis de exclusão social que impedem que grande parte da população satisfaça suas necessidades). Para ela, a vulnerabilidade social é uma construção social, enquanto produto das transformações societárias, assumindo diferentes formas de acordo com os condicionantes históricos. Essas transformações desencadeiam mudanças fundamentais na esfera da vida privada, acentuando fragilidades e contradições.

Conforme os documentos oficiais referentes à política de assistência social, a condição de vulnerabilidade deve considerar a situação das pessoas e famílias a partir dos seguintes elementos: a inserção e estabilidade no mercado de trabalho, a debilidade de suas relações sociais e, por fim, o grau de regularidade e de qualidade de acesso aos serviços públicos ou outras formas de proteção social. A política de assistência social adota uma abordagem menos determinista e mais complexa das situações de pobreza, dando um sentido dinâmico para o estudo das desigualdades, a partir da identificação de zonas de vulnerabilidades,

possibilitando um maior poder explicativo de uma realidade social, composta por uma heterogeneidade de situações de desproteção social. (BRASIL, 2012).

Para Marandola e Hogan (2006), vulnerabilidade é um termo que compõe os estudos sobre a pobreza enquanto um novo conceito, na esteira dos utilizados no passado, tais como: exclusão/inclusão, marginalidade, *apartheid*, periferação, segregação, dependência, entre outros. Os autores enfatizam que o termo vulnerabilidade tem sido empregado para tratar da restrição dos bens de cidadania – seja em função de uma diminuição de renda ou de perda de capital social.

Para o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)¹⁰, a vulnerabilidade não é sinônimo de pobreza. A pobreza é uma condição que agrava a vulnerabilidade vivenciada pelas famílias. A vulnerabilidade não é um estado, uma condição dada, mas uma zona instável que as famílias podem atravessar, nela recair ou nela permanecer ao longo de sua história. A vulnerabilidade é um fenômeno complexo e multifacetado, não se manifestando da mesma forma, o que exige uma análise especializada para sua apreensão e respostas intersetoriais para seu enfrentamento. A vulnerabilidade, se não compreendida e enfrentada, tende a gerar ciclos intergeracionais de reprodução das situações de vulnerabilidade vivenciadas. As situações de vulnerabilidade social não prevenidas ou enfrentadas tendem a tornar-se uma situação de risco. (BRASIL, 2012).

Conforme Monteiro (2011) a vulnerabilidade social, assim compreendida, pressupõe um conjunto de características, de recursos materiais ou simbólicos e de habilidades próprias de indivíduos ou grupos, que podem ser insuficientes ou inadequados para o aproveitamento das oportunidades disponíveis na sociedade. Assim, afirma a autora, essa relação determinará maior ou menor grau de deterioração de qualidade vida dos sujeitos.

Dessa forma, a diminuição dos níveis de vulnerabilidade social pode se dar a partir do fortalecimento dos sujeitos para que possam acessar bens e serviços, ampliando seu universo material e simbólico, além de suas condições de mobilidade social. Para isso, as políticas públicas constituem-se de fundamental importância (MONTEIRO, 2011, p. 7).

Para a autora supracitada, embora o conceito de vulnerabilidade envolva um conjunto de situações e sentidos para diferentes grupos, indivíduos, famílias e comunidades e que haja diferentes concepções atribuídas à vulnerabilidade, uma característica é unânime, a perspectiva relacional e conjuntural. Partindo desses pressupostos, considera-se que as ações de enfrentamento devem confrontar os condicionantes em que se dá a vulnerabilidade social.

¹⁰ Esse Ministério foi extinto pelo atual Governo Federal em janeiro de 2019 e substituído pelo Ministério da Cidadania.

A instituição, campo empírico desta pesquisa, foi criada e uma de suas razões de existir, é democratizar o acesso ao ensino superior no país, tendo em foco prioritário as populações em situação de exclusão e vulnerabilidade social. A seguir expõe-se seu projeto de expansão em âmbito de país, Santa Catarina e o câmpus Lages.

4 EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (RFEPCT)

A presente seção apresenta o processo de expansão da Rede Federal e Tecnológica, trazendo elementos da criação do Instituto Federal de Santa Catarina e a implementação do câmpus Lages do IFSC. Busca-se ainda problematizar a questão do acesso (ou da falta dele) dos jovens brasileiros, sobretudo ao ensino superior, as desigualdades sociais, a formação da cidadania x mercado de trabalho, num sistema de produção capitalista e de monopólio das classes dominantes.

A Constituição Federal de 1988 em seu Art.5 preconiza a educação como direito de todos e dever do Estado e da família. Neste mesmo artigo destacam-se os seus objetivos: “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). No entanto, embora esse direito esteja previsto na legislação educacional, na prática constata-se que milhões de brasileiros, sobretudo os mais pobres, estão longe de desfrutar desse direito fundamental para a construção da cidadania e para a formação profissional.

As razões que impedem os jovens em condições de pobreza de acessar as instituições de ensino, aos bens e aos conhecimentos socialmente construídos etc, extrapolam as questões de ordem financeira, dado o monopólio pelas classes dominantes, conforme bem afirma Boneti (2009, p. 116):

Assim como as instituições e as classes dominantes utilizam a capacidade individual do manuseio da racionalidade burguesa como parâmetro para instituir a igualdade e a desigualdade, tal critério também é utilizado como requisito básico para a obtenção do acesso às instituições e para o usufruto dos recursos e bens socialmente construídos. Isso significa dizer que as regras de acesso às instituições e aos bens socialmente construídos têm fundamentos racionalistas e estabelecem como condições mínimas a propriedade de saberes e as habilidades que somente as classes dominantes detêm. Essa regra não apenas funciona no contexto das relações sociais, mas nas próprias instituições e nas políticas públicas. Isso porque as instituições (como as de ensino superior) e as políticas públicas não apenas utilizam como meta de suas ações a homogeneidade das pessoas (considerando as diferenças não como tais, mas na perspectiva da sua homogeneização). A metodologia da ação pressupõe que o grupo social é homogêneo. Homogeneidade esta instituída a partir da utilização de saberes, habilidades e recursos de produção da vida, aos quais somente as classes dominantes detêm o acesso, como parâmetros.

Para o autor, de um lado está o mercado de trabalho exigindo excelência a qual se encontra somente nos cursos universitários e, por outro, o problema do acesso a esses cursos. Problema esse subordinado à condição social e às diferenças de classe, impostas pelo sistema capitalista, como se pode observar na pesquisa feita pelo Instituto Nacional de Estudos e

Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2004. A pesquisa citada pelo autor mostra que, no Brasil, entre os 10% da população mais abastada, 23,4% tem acesso à universidade, ao passo que, da população mais pobre, apenas 40% tem acesso aos cursos universitários.

Analisando os percursos do pensamento social moderno no Brasil e sua influência teórica nas políticas educacionais e seus fins, Boneti (2018) enfatiza os eventos envolvendo o mundo social, político, produtivo e cultural que ocorreram em diferentes momentos históricos no país, os quais repercutiram sobre os fins e significados das políticas educacionais.

O autor ressalta dois aspectos que exerceram influências significativas sobre as políticas educacionais, quais sejam: o pensamento social ou teórico e os acontecimentos econômicos, políticos e culturais de cada momento histórico. A partir desses dois elementos, Boneti (2018, p. 49) distingue três características na história das políticas educacionais brasileiras, em relação a seus fins e significados: “a educação como elemento de evolução social utilizando-se da cultura burguesa como parâmetro fim da educação; a educação como preparação do indivíduo para o mundo produtivo e a educação como instrumento de conquista de direitos sociais”. Observa-se, nas políticas educacionais brasileiras, a preocupação com a preparação para a vida produtiva e, conseqüentemente, para o atendimento do mercado de trabalho.

Ao analisar como a formação para a cidadania vem sendo tratada nas legislações educacionais na contemporaneidade, Boneti e Lamóglia (2018) apontam que a educação e a cidadania guardam uma relação entre si. Os autores consideram a educação como

uma estratégia de formação de pessoas para o exercício da cidadania e que contribua para a qualificação para o trabalho, proporcionando uma formação que desperte tanto a criticidade e promova a autonomia, quanto a consciência de seus direitos e deveres civis, sociais, políticos e planetários. (BONETI; LAMÓGLIA 2018, p. 59).

Desse modo, a formação profissional deve estar baseada na formação para o exercício da cidadania, a qual é defendida pelos autores, como um preparo para o mundo da vida e para uma integração saudável em sociedade.

Assistimos, no Brasil, principalmente nos últimos tempos, o desmonte da educação brasileira, materializado nos textos legais como a LDB, a Lei do Ensino Médio e a nova Base Nacional Comum Curricular instituída pelo Conselho Nacional de Educação em 2017, onde se atrela a educação aos ideais capitalistas de produção em detrimento da formação cidadã e do “pleno desenvolvimento da pessoa”. Nesse sentido, é importante destacar o que afirmam Boneti e Lamóglia (2018, p. 61):

[...] perceber a educação se distanciando da formação para o exercício da cidadania, sendo este espaço ocupado por interesses do preparo de

profissionais para o mundo do trabalho. A formação de pessoas para participar ativamente das decisões políticas do Estado com criticidade e autonomia está se perdendo a cada nova legislação educacional na contemporaneidade.

Nessa reflexão é muito oportuna a contribuição de Freire (1996, p. 39) ao afirmar que:

É reacionária a afirmação segundo a qual o que interessa aos operários é alcançar o máximo de sua eficácia técnica e não perder tempo com debates "ideológicos" que a nada levam. O operário precisa **inventar**, a partir do próprio trabalho, **a sua cidadania** que não se constrói apenas com sua eficácia técnica mas também com sua luta política em favor da recriação da sociedade injusta, a ceder seu lugar a outra menos injusta e mais humana (grifos nossos).

Diante do exposto, podemos afirmar que, enquanto os princípios norteadores das políticas educacionais priorizarem a formação para o trabalho sem se importarem com a dimensão cidadã da educação, os interesses do capitalismo continuarão a dominar. Pois, subscrevendo com o que dizem Boneti e Lamóglia (2018, p.64): “a classe dominante exerce seu papel dentro de seus interesses de manutenção de poder e os interesses capitalistas se consolidam numa perpetuação das condições existentes que reforçam a dominação”.

No que diz respeito à expansão da rede federal, fazemos um resgate dos seus aspectos históricos. Para que mais pessoas tivessem acesso a uma educação gratuita e de qualidade, em 1909 foi criada a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, quando o então Presidente da República, Nilo Peçanha, através do Decreto nº 7.566/1909 criou 19 Escolas de Aprendizes e Artífices (BRASIL, 1909) que, mais tarde, deram origem aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Cefets).

Em 1959 as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais, com autonomia didática e de gestão. Em 1994, pela Lei 8.948, de 8 de dezembro, foi instituído o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as ETFs e as EAFs em CEFETs; - ocorreu em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo e organizações não governamentais, responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. Em 2008 houve a articulação para criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Com isso deu-se o início do processo de expansão e interiorização das escolas técnicas pelo Brasil, com 31 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), 75 unidades descentralizadas de ensino (Uneds), 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e 8

escolas vinculadas a universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

No início de sua história, a Rede Federal foi considerada como instrumento de política voltado para as classes desprovidas, hoje se configura como importante estrutura para que todas as pessoas tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas, principalmente as pessoas menos favorecidas. Cobrindo todo o território nacional, a Rede Federal presta um serviço à nação, ao dar continuidade à sua missão de qualificar profissionais para os diversos setores da economia brasileira, realizar pesquisa e desenvolver novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo (MEC, 2016).

As principais características e conquistas da RFEPCT estão num documento publicado pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica, chamado Institutos Federais – 5 anos de singulares Territórios de Esperanças:

Pensar os Institutos Federais, do ponto de vista político, significa definir um lugar nas disputas travadas no âmbito do Estado e da sociedade civil e esse —lugarl é o território; pensado para além de sua circunscrição geográfica, como espaço de relações vivas, situado e datado por pessoas, que constroem a cultura de seu tempo; território que influencia e é influenciado pelos atores ali presentes e pelas interações que dele emergem. Milton Santos usa a expressão —espaço vivido para contrapor a ideia de que o lugar não é apenas o quadro de vida, e é neste espaço que as experiências são renovadas. Esse novo desenho constituído traz a marca biográfica que tem como principal função a intervenção na realidade, na perspectiva de um país soberano e inclusivo, núcleo para irradiação das ações para o desenvolvimento local e regional (CONIF, 2013, p.4).

Sem o propósito de desmerecer, nem tampouco retirar a relevância da expansão da oferta de vagas no ensino superior por meio dos IFEs, é fundamental que problematizemos a mercantilização da educação, uma vez que esta busca, muitas vezes, atender as exigências do mercado de trabalho em detrimento do pensamento crítico e da formação integral e cidadã dos sujeitos. O que se vê, não só no Brasil, é que as decisões acerca dos rumos da educação, sobretudo da educação superior, são mobilizadas pelas exigências do mercado capitalista, conforme mencionam Brito, Silva, Castilho e Abreu (2008, p. 780):

[...] o papel social da universidade deve ir além das necessidades mercantis de simples profissionalização de mão-de-obra. Sua finalidade deveria ser formar cidadãos para o exercício da crítica e do pensamento reflexivo, capazes de interagir com conhecimentos sofisticados com independência. O compromisso das universidades seria com o desenvolvimento de uma sociedade justa e comprometida com a cidadania e com a democracia.

Debatendo sobre as desigualdades e diferenças sociais na educação no Brasil, seus significados e contradições, Boneti (2013) aponta que atualmente, a palavra cidadania está em

diferentes situações, como nos espaços públicos, nas conversas informais, nos programas e projetos governamentais, entre outros.

[...] a noção de cidadania extrapola o seu significado oriundo com o advento do Estado moderno, quando essa condição estava ligada a ter direitos e deveres dos indivíduos frente à organização social, o Estado [...]. Atualmente, essa noção extrapola o ter direito e dever como indivíduo, aparecendo outros ingredientes, como condição de cidadania, como é o caso da participação e do pleno acesso aos bens e saberes socialmente construídos na sociedade. Isso significa dizer que no mundo social a noção cidadania ampliou-se na direção do acesso, avançando para o além do ter direitos (BONETI, 2013, p. 277-278).

Continua o autor, afirmando que o ideário neoliberal alia a premissa das liberdades individuais à diminuição das funções do Estado, e que a partir dessa premissa desloca-se o indivíduo como elemento social sob a proteção do Estado, intensificando nas capacidades e responsabilidades individuais a construção do acesso aos bens e saberes socialmente construídos, de forma que a implementação do direito e do acesso passa a ser do indivíduo. Para o referido autor, nos países em que o Estado tende a fragilizar-se exatamente pela sua exagerada aproximação com a classe economicamente dominante, como é o caso dos países da América Latina, o exercício da cidadania já não está sob a proteção do Estado, mas das relações econômicas e sociais. Ou seja, o ser cidadão significa não só ter direitos, mas possuir um conjunto de habilidades e/ou capital que o faz ser, da responsabilidade do indivíduo, apenas. Assim, a noção de cidadania não é vista como uma condição social atrelada a direitos e deveres frente ao Estado, mas apresenta-se como um discurso associado à capacidade individual. Nesse contexto, ressalta o autor:

as políticas públicas, especialmente as políticas educacionais, colocam-se como instrumento de preparação das individualidades em relação às habilidades e às condições requeridas pelo mundo da produção, assim como os requisitos necessários para a participação dos indivíduos na produção e no consumo. É com essa noção de cidadania que a escola recebe em seu espaço as desigualdades e diferenças sociais, os indivíduos que se apresentam “capazes” de mostrar evolução e se enquadram no processo da homogeneização escolar (BONETI, 2013, p. 278).

Conforme os documentos norteadores das políticas direcionadas à educação superior no Brasil, a garantia da igualdade no acesso e permanência na educação superior é alcançada por meio da democratização:

O processo de democratização compreende reverter o quadro no qual ir à universidade é opção reservada às elites. A definição de um projeto para a educação superior deve entender essa como bem público, destinado a todos indistintamente, inserida no campo dos direitos sociais básicos, tratada como prioridade da sociedade

brasileira, sendo que a universidade deve ser a expressão de uma sociedade democrática e multicultural, em que se cultiva a liberdade, a solidariedade e o respeito às diferenças (BRASIL, 2014b, p. 19).

Assim, concluindo este tópico, resgatamos as palavras de Freire (2016), onde afirma que a educação, pautada no compromisso social, deve desenvolver a consciência de uma visão de mundo transformadora, democrática e emancipatória. Para tanto, não basta a ampliação do acesso, é preciso garantir as condições para a permanência e êxito dos estudantes nas instituições de ensino.

4. 1 O INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA (IFSC)

Esta subseção apresenta a história da criação do Instituto Federal de Santa Catarina, sua finalidade, sua missão e valores, bem como sua expansão no Estado de Santa Catarina. E mais adiante traz algumas informações especificamente sobre o câmpus Lages.

Em Santa Catarina, o Instituto Federal foi criado em Florianópolis por meio do decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, como Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina. Seu objetivo era proporcionar formação profissional aos filhos de classes socioeconômicas menos favorecidas. Em 2008 com a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Cefet-SC transformou-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). Os Institutos Federais (IFs) são autarquias vinculadas ao Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Oferecem educação básica, profissional e superior em estrutura multicâmpus, com forte inserção na área de pesquisa e extensão. (BRASIL, 2008)

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (IFSC, 2015 – 2019), o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) tem como finalidade ofertar formação e qualificação em diversas áreas, nos vários níveis e modalidades de ensino, bem como realizar pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos da sociedade catarinense. O Instituto tem como missão: Promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural e como visão: Ser instituição de excelência na educação profissional, científica e tecnológica, fundamentada na gestão participativa e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. São valores do IFSC: Ética, pautada por

princípios de transparência, justiça social, solidariedade e responsabilidade com o bem público. Compromisso social, pautado pelo reconhecimento às diferenças históricas, econômicas, culturais e sociais. Equidade, pautada pelos princípios de justiça e igualdade nas relações sociais e nos processos de gestão. Democracia, pautada pelos princípios de liberdade, participação, corresponsabilidade e respeito à coletividade. Sustentabilidade, pautada pela responsabilidade social e ambiental. Qualidade, pautada no princípio de dignificação humana, por meio do trabalho, do conhecimento e do aprimoramento das relações individuais e sociais.

O IFSC terminou o ano de 2016 com 22 câmpus implantados e 25.657 vagas ofertadas em cursos que vão da qualificação profissional aos cursos de educação de jovens e adultos, técnicos, superiores e pós-graduação.

A expansão do IFSC no Estado de Santa Catarina:

- 1909 – Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina;
- Câmpus Florianópolis;
- 1962 – Escola Industrial Federal de Santa Catarina;
- 1968 – Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETF-SC);
- 1988 – São José;
- 1994 – Jaraguá do Sul;
- 1995 – Joinville (extensão de Florianópolis);
- 2002 – CEFET (cursos tecnólogos e especialização);
- 2006 – Câmpus Continente, Chapecó e Joinville;
- 2008 – Araranguá;
- Dezembro de 2008 - IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina.

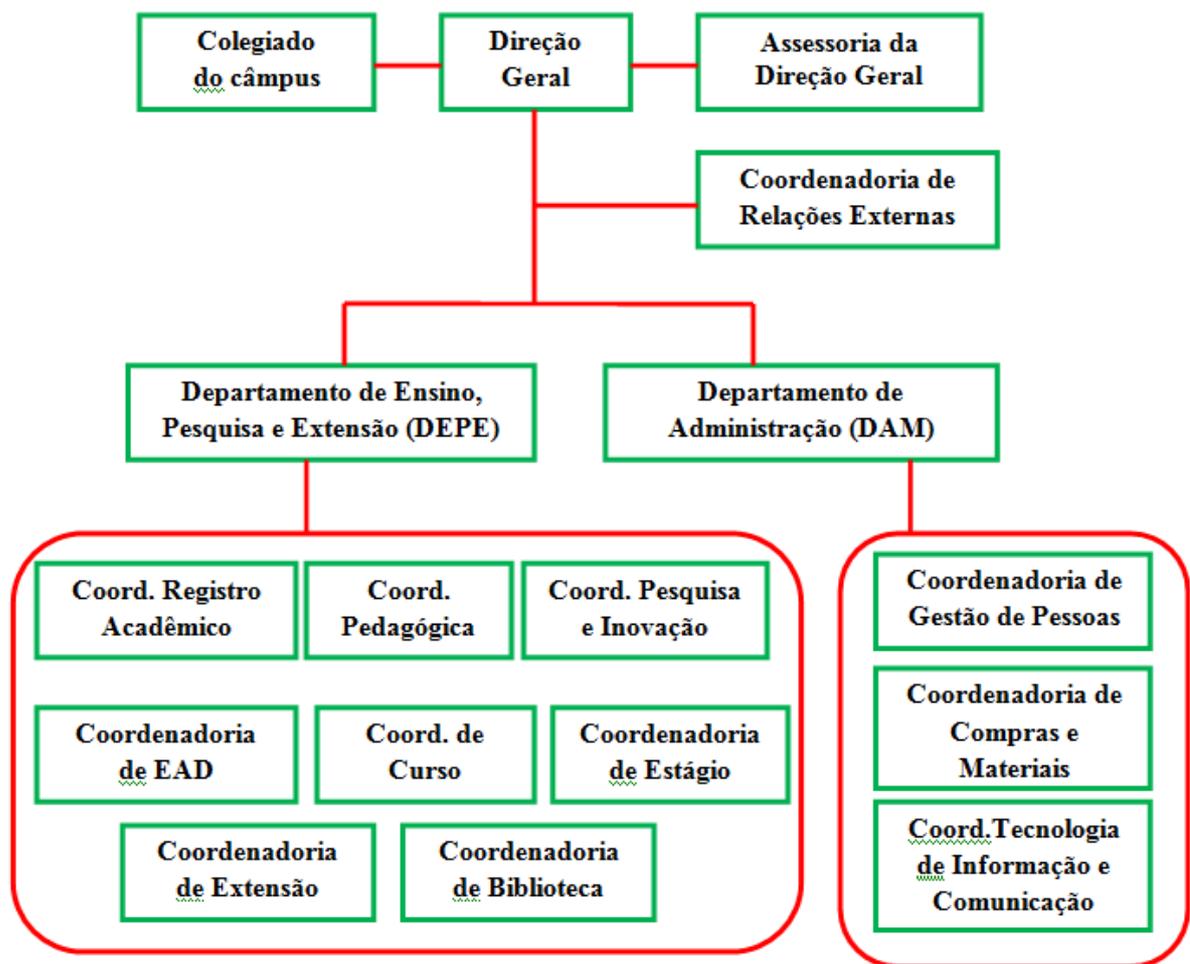
4.2 O INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA – CÂMPUS LAGES

Como já mencionado, os Institutos Federais são provenientes da transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), por meio da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, constituindo-se em autarquias federais, vinculadas ao Ministério da Educação, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. São instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas articuladas com as atividades de extensão e projetos de pesquisa.

O IFSC tem como missão promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural. O câmpus Lages faz parte do Plano de Expansão II e é fruto de uma política de ampliação da Educação Profissional e Tecnológica do Governo Federal (BRASIL, 2009) e tem como finalidades, conforme Regimento Interno, do câmpus Lages:

- a) proporcionar ao educando formação integral que o capacite para o exercício competente da cidadania e da profissão;
- b) contribuir para o desenvolvimento social, cultural e tecnológico da comunidade onde o Câmpus está inserido;
- c) promover o bem-estar, o desenvolvimento e a integração da comunidade acadêmica.

Figura 3- Organograma do câmpus Lages, *lôcus* da pesquisa

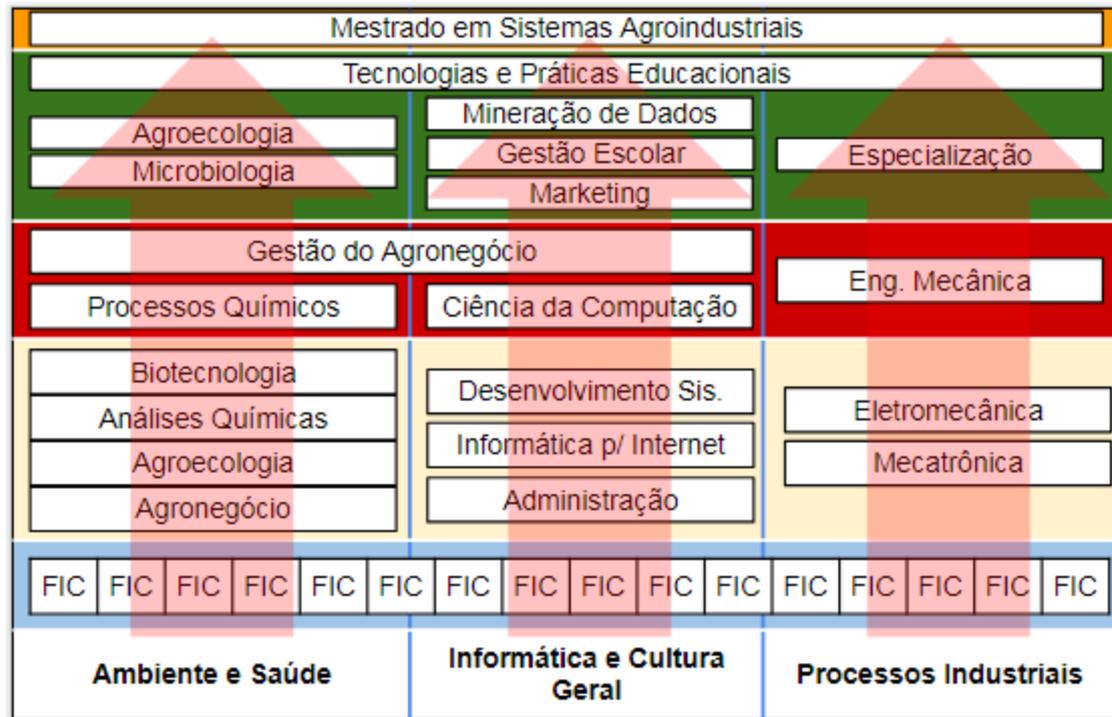


Fonte: a autora (2019)

O Instituto Federal de Santa Catarina – câmpus Lages atua na oferta de educação profissional, científica e tecnológica, oferecendo cursos nos níveis de Formação Inicial e

Continuada (FIC), Educação de Jovens e Adultos, cursos técnicos concomitantes¹¹ e subsequentes¹², cursos superiores e pós-graduação. O câmpus não oferece curso técnico integrado, aquele em que o estudante cursa concomitantemente o ensino médio e a formação técnica profissional na mesma instituição.

Figura 4 – Itinerário Formativo/Eixos Tecnológicos



Fonte: a autora, 2019.

Os primeiros cursos a serem instalados no IFSC campus Lages (então CEFET¹³ à época) foram definidos em audiência pública em 2008, mobilizada por entidades políticas e empresariais da cidade como Associação Empresarial de Lages (ACIL), Centro Vianei de Educação Popular e outras, para atender demandas como o melhoramento da genética animal e vegetal para a produção de gado e de florestas, e na área de mecânica, elétrica e informática. Depois, o câmpus, através de debate com a comunidade acadêmica para a construção do Plano de Desenvolvimento Institucional e da oferta de cursos e vagas, foi definindo os outros cursos com base nas demandas da região vinculados às possibilidades de infraestrutura e de pessoal do câmpus.

¹¹ Oferecido para quem está cursando o ano do ensino médio em outra instituição

¹² Destinado a quem já concluiu o ensino médio.

¹³ Até 2007 era chamado Centro Federal de Educação Tecnológica, a partir de 2008 passou a ser denominado Instituto Federal.

Figura 5 – Fachada do IFSC câmpus Lages



Fonte: Portal do IFSC, câmpus Lages.

Nessa seção foram discutidos o processo de expansão da Rede Federal de Educação a criação do Instituto Federal em Santa Catarina e a história do câmpus Lages e sua importância para a região, principalmente para as pessoas menos favorecidas. No sentido da garantia das condições básicas para a permanência do estudante na instituição, é que será tratada a próxima seção.

5 A TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

Esta seção apresenta a trajetória da política de assistência estudantil no Brasil, sua história, sua regulamentação, o envolvimento dos movimentos sociais e estudantis na defesa desta política pública. Aborda também a instituição do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e a regulamentação do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS), objeto desta investigação.

Analisando a bibliografia consultada observamos que a regulamentação da assistência estudantil como política pública, no Brasil, é uma questão relativamente recente. As discussões e debates acerca do assunto, no entanto, coincidem com a época do surgimento das primeiras universidades públicas brasileiras. “No território nacional mais propriamente, as primeiras práticas de assistência estudantil remontam a década de 1930, atrelada à consolidação das primeiras universidades brasileiras do século XX, sob o governo de Getúlio Vargas” (DUTRA; SANTOS, 2017, p. 2). Conforme as autoras supracitadas, na atual conjuntura sociopolítica do Brasil, a Educação Superior vem passando por um processo de reforma alicerçado no discurso da democratização. Nesse contexto surgem, com certo destaque, políticas de expansão das universidades e de ampliação e democratização do acesso e permanência no Ensino Superior.

Nesse cenário a assistência estudantil vem ganhando forças nas discussões promovidas pela comunidade acadêmica e na agenda do Governo Federal que, em 2010, através do Decreto nº 7.234/07/2010, instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Ainda conforme Dutra e Santos (2017, p. 2):

Apesar de atualmente a assistência ao estudante assumir papel de centralidade para o Estado brasileiro na estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais através da democratização da Educação Superior (MEC, 2013), cabe destacar que esse espaço foi conquistado, resultado de intensas lutas sociais, encabeçadas principalmente pelo movimento estudantil, organizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), e pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace). Essas constituem as principais entidades engajadas na luta por uma AE como direito social e como política pública.

Na trajetória histórica da assistência estudantil, destaca-se a luta dos diversos grupos e movimentos sociais envolvidos na construção e defesa dessa política pública educacional. Conforme as autoras referidas acima, nos diferentes contextos sócio-históricos em que tem sido abordada, a assistência estudantil vai adquirindo diversos sentidos e levantando diferentes posicionamentos quanto a sua implementação.

Diante das colocações de Dutra e Santos, faz-se necessário olhar criticamente para a atual conjuntura sociopolítica do Brasil, onde assistimos a um retrocesso das políticas públicas que estão em curso no país. Os avanços e conquistas, frutos da mobilização da sociedade estão sendo agressivamente atacados com os constantes cortes orçamentários, principalmente na área da educação. Essas reflexões tornam-se pertinentes, uma vez que a assistência ao estudante já assumiu papel de centralidade nas políticas públicas do país, como estratégia de combate às desigualdades sociais e hoje está sofrendo esse sucateamento, através de cortes orçamentários e outras medidas que desvalorizam a educação como um todo. Imperatori (2017) faz a mesma constatação de Dutra e Santos afirmando que o direito à educação não é um fato recente e que as ações de assistência estudantil remetem aos anos 1930 com os programas de alimentação e moradia universitária, época em que o governo Getúlio Vargas foi um marco nas políticas sociais, reconhecendo a educação como um direito público regulamentado pelo Estado.

A autora recorda que em 1931 a Lei Orgânica do Ensino Superior (LOES) propunha medidas de providência e beneficência aos corpos discentes dos institutos universitários para amparar os estudantes reconhecidamente pobres. Mais tarde em 1934, a Constituição incorporou a LOES assegurando assistência aos estudantes, através do art. 157 que determinava que parte dos mesmos fundos fosse aplicada em auxílio a alunos necessitados. Desse modo, para Imperatori (2017, p.1) a assistência estudantil,

foi extensiva para todos os níveis de ensino nos anos 1940, estando presente na, segundo o qual cada sistema de ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar.

A autora também destaca que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, abordou a Assistência Social Escolar, tratando-a como um direito discente e que com a expansão da educação superior entre as décadas de 1950 e 1970, os estudantes menos favorecidos passaram a ter maior acesso à universidade, o que gerou demandas por ações específicas para atendimento desse público. Conforme Imperatori (2017), muitos desses jovens saíam de suas cidades para as capitais em busca de formação acadêmica e nesse contexto, surgiram as reivindicações e lutas que levaram as instituições de educação a atenderem algumas necessidades básicas dos estudantes que não tinham recursos.

Na sua maioria, são jovens procedentes de famílias de baixa renda que não possuem condições de arcar com as despesas de moradia, alimentação e outras. Para esse público, o Instituto Federal de Santa Catarina, para citar como exemplo, oferece o Auxílio Moradia, cujo

objetivo é custear parcialmente os gastos com aluguel ou outros custos com moradia fora da sede familiar, proporcionando melhores condições para a permanência e êxito dos estudantes matriculados na instituição.

As políticas públicas de atendimento ao discente tiveram um grande avanço com o PNAES. Desse modo, a assistência estudantil constitui-se em mecanismo fundamental para o enfrentamento da evasão, da retenção e das desigualdades sociais, econômicas e culturais, historicamente presentes na educação brasileira. O PNAES configura-se num Programa de caráter assistencial, desenvolvido no contexto de uma política de educação com perspectiva da garantia do direito do acesso e da permanência.

As prioridades de desenvolvimento das ações são de responsabilidade das instituições federais de ensino, a partir de suas especificidades, bem como das necessidades identificadas no seu corpo discente. Atualmente, o PNAES é um programa que tem como prerrogativa auxiliar e garantir a permanência na educação superior de estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, uma vez que, como já visto no decorrer deste estudo, com a expansão do acesso às Universidades, grande parcela da população, historicamente excluída da educação superior federal, conseguiu ingressar numa instituição pública. Trata-se, portanto, de um marco histórico para a política de assistência ao estudante no Brasil. Imperatori reforça ainda que “a partir do PNAES, a assistência estudantil se efetiva em articulação com atividades de ensino, pesquisa e extensão, com foco principal na permanência desses estudantes nos seus cursos de graduação” (2017, p. 4).

Vasconcelos (2010, p. 405), afirma que essa conquista foi fruto de esforços coletivos de diversos atores educacionais e “representou a consolidação de uma luta histórica em torno da garantia da assistência estudantil enquanto um direito social voltado para igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior público”. Dessa forma, é uma luta que deve continuar tendo em vista que hoje os benefícios dessa política educacional não se estendem a toda população que dela necessita.

5.1 O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES)

Nesta subseção buscamos resgatar a implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e seus objetivos, desenvolvido na perspectiva da garantia do direito do acesso e da permanência.

No decorrer da última década, como estratégia de acesso e permanência ao ensino superior, foram implementados o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Sistema de Seleção Unificada (SISU), o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) pelo decreto 7.234/2010 e a lei de cotas 12.711/2012 que trouxeram aos bancos das universidades e dos Institutos Federais (IFs) um novo perfil de estudantes, com trajetórias escolares não lineares, quer dizer, que não seguiram seus estudos de forma sequencial, nem respeitando a faixa etária (HERINGER, 2012). O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi instituído pela Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, e pelo Decreto nº 7.234, de 19 de junho de 2010. Conforme estabelecido no Art. 2º do Decreto nº 7.234/2010, são objetivos do PNAES: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. Ressalta-se ainda, que a proposta de redução das taxas de retenção e evasão aparece posteriormente à intenção de democratizar as condições de permanência e minimizar as desigualdades sociais e regionais.

Assim, a Assistência Estudantil é concebida como estratégia para redução dos efeitos das desigualdades sociais, que comprometem o desempenho e o percurso acadêmico de estudantes provenientes de segmentos sociais excluídos. Para a efetivação desse direito, em 2007 é aprovado o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAE) com o objetivo de “garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida” (FONAPRACE, 2012, p. 63).

Desse modo, a assistência estudantil constitui-se em mecanismo fundamental para o enfrentamento da evasão, da retenção e das desigualdades sociais, econômicas e culturais, historicamente presentes na educação brasileira. O PNAES configura-se num programa de caráter assistencial, desenvolvido no contexto de uma política de educação com perspectiva da garantia do direito do acesso e da permanência.

O PNAES abrange as seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. As prioridades de desenvolvimento das ações são de responsabilidade das instituições federais de ensino, a partir de suas especificidades, bem como das necessidades identificadas no seu corpo discente.

Atualmente, o PNAES é um programa que tem como prerrogativa auxiliar e garantir a permanência na educação superior de estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, uma vez que, com a expansão das vagas por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e a posterior criação da legislação pertinente às ações afirmativas, uma parcela significativa da população, historicamente excluída da educação superior federal, conseguiu acessar e permanecer neste espaço.

5.2 O PROGRAMA DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE EM VULNERABILIDADE SOCIAL (PAEVS)

Nesta subseção serão apresentados os fundamentos legais e normativos que regulam as ações do PAEVS e a caracterização dos Auxílios que compõe o Programa.

O Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS) é regulamentado pela Resolução Consup nº 41/2017. Para os fins de aplicação da referida resolução, o conceito de Vulnerabilidade Social deve ser apreendido como processos de exclusão, discriminação ou enfraquecimento dos grupos sociais e sua capacidade de reação, como situação decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social. **Fundamentos legais e normativos:** As normativas que regulam as ações do Programa de Assistência Estudantil no IFSC são: A Resolução 41/2017/Consup que regulamenta o Programa de Atendimento ao estudante em Vulnerabilidade Social – PAEVS. A Resolução 42/2017/Consup regulamenta o Índice de Vulnerabilidade Social – IVS. A Resolução 46/2014/Consup regulamenta o Programa de Segurança Alimentar do Estudante e a Resolução CEPE/IFSC nº 001/2010, de 30 de novembro de 2010 que regulamenta a Assistência Estudantil no Instituto Federal de Santa Catarina. Há também outras ações que são desenvolvidas e executadas por meio de edital próprio, como Auxílio Moradia, Auxílio à Participação em Eventos.

O PAEVS é composto pelas seguintes ações: Auxílio Permanência, Auxílio Compulsório, Auxílio Ingressante Cotista Renda Inferior a 1,5 Salários Mínimos e Auxílio Emergencial, caracterizados pela concessão de auxílio financeiro em forma de pecúnia, com vistas à permanência e êxito no percurso acadêmico.

Cada um dos auxílios integrantes do PAEVS possui regras próprias as quais serão, de forma breve, descritas a seguir.

Auxílio Permanência: destina-se ao estudante em situação de vulnerabilidade social, com dificuldade de prover as condições necessárias para a permanência e o êxito durante o percurso escolar. Configura-se na oferta de auxílios financeiros, em forma de pecúnia, e destina-se ao estudante matriculado em curso presencial (Formação Inicial e Continuada – FIC com no mínimo 160 horas ou com duração mínima de 04 meses; PROEJA; Técnicos; Graduação e Pós-graduação) do Instituto Federal de Santa Catarina, com renda bruta per capita de até dois salários mínimos e que possua Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) válido.

São condições de acesso ao Auxílio Permanência: Matrícula regular, Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) válido e Entrega do Requerimento de Inscrição.

O estudante poderá acumular o recebimento do Auxílio Permanência com o Auxílio Compulsório e o Auxílio Emergencial, integrantes do PAEVS, independente da quantidade de matrículas simultâneas. O estudante poderá acumular o recebimento do Auxílio Permanência com outras modalidades de auxílios e bolsas, respeitadas as regulamentações específicas.

Auxílio Compulsório: configura-se na oferta de auxílio financeiro em forma de pecúnia e destina-se a estudantes inscritos no CadÚnico; estudantes de cursos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e estudantes de outros cursos que façam parte de ações voltadas a públicos estratégicos¹⁴. O estudante inscrito no Auxílio Compulsório receberá, compulsoriamente, auxílio financeiro mensal no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais), conforme o calendário acadêmico, até a conclusão do curso. O estudante poderá acumular o recebimento do Auxílio Compulsório com os Auxílios Permanência e Emergencial, integrantes do PAEVS. O estudante poderá acumular o recebimento do Auxílio Compulsório com outras modalidades de auxílios e bolsas, respeitadas as regulamentações específicas.

Auxílio Ingressante Cotista (ACRI) – configura-se na oferta de auxílio financeiro em forma de pecúnia e destina-se ao estudante ingressante, aprovado por meio da cota de escola pública com renda inferior a 1,5 salários-mínimos, em cursos presenciais. O ACRI tem caráter provisório e é concedido por até três meses conforme valor, datas e regras estabelecidas em edital específico. Este auxílio não é acumulativo com os outros auxílios previstos nessa

¹⁴ É de competência da Pró-Reitoria de Ensino avaliar quais cursos voltados a públicos estratégicos farão jus ao recebimento do auxílio.

resolução, exceto auxílio emergencial. O estudante poderá acumular o recebimento do ACRI com outras modalidades de auxílios e bolsas, respeitadas as regulamentações específicas.

Auxílio Emergencial – tem caráter eventual e destina-se ao atendimento do estudante matriculado em cursos presenciais, em situação financeira adversa e não previsível que impossibilite a permanência e o êxito no percurso acadêmico. O Auxílio Emergencial será concedido mediante avaliação realizada por assistente social, podendo ser feito com a contribuição da equipe multiprofissional da equipe pedagógica. Esse Auxílio tem valores variáveis conforme a situação apresentada pelo estudante, que poderá acumular o recebimento do Auxílio Emergencial com os demais Auxílios integrantes do PAEVS. O estudante poderá acumular o recebimento do Auxílio Emergencial com outras modalidades de auxílios e bolsas, respeitadas as regulamentações específicas. Os auxílios financeiros citados são avaliados a cada dois anos, pela Diretoria de Assuntos Estudantis do Instituto Federal de Santa Catarina.

O quadro a seguir apresenta os tipos de auxílios e seus respectivos valores:

Quadro 1 – Tipos e valores dos Auxílios

Tipo de Auxílio	Valor em 2020 (R\$)	% Sal.Min (R\$ 1.045,00)	Valor em 2020 (\$) ¹⁵
Aux.Permanência	De 120 a 405	De 11,48 a 38,75	De 22,64 a 76,41
Aux.Compulsório	120	11,48	22,64
Aux.Ingressante	120	11,48	22,64
Aux.Emergencial	Variável: conforme a situação apresentada pelo estudante.		

Fonte: Edital n.º 02/2020/DAE-PROEN

No ano de 2020 (dois mil e vinte) o valor do salário mínimo no Brasil é de 1.045,00 (um mil e quarenta e cinco reais) o que corresponde a \$ 197 (cento e noventa e sete) dólares. Os valores dos auxílios do PAEVS são definidos em editais próprios e variam de acordo com o tipo de auxílio solicitado e com o índice de vulnerabilidade social. Estudantes com IVS maior recebem o maior valor. Os auxílios financeiros são concedidos aos estudantes por até onze (11) meses no ano, correspondentes ao calendário letivo e são concedidos de acordo com a dotação orçamentária.

¹⁵ Valor do dólar em 06.09.2020

Os editais que estabelecem as normas para concessão e manutenção dos auxílios do Programa de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social (PAEVS) são publicados no início do ano pela Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE) e Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) do IFSC.

Os estudantes podem acumular os Auxílios PAEVS com outras modalidades de auxílios e bolsas, respeitadas as regulamentações específicas.

6 A EXPRESSÃO E OS SIGNIFICADOS DAS INFORMAÇÕES OBTIDAS NA PESQUISA

Esta seção está subdividida em duas subseções. Nela apresentamos a expressão e os significados das informações obtidas durante as entrevistas semiestruturadas, onde buscamos compreender os efeitos de uma política de Assistência Estudantil, na perspectiva da garantia do acesso e permanência, desenvolvida pelo Programa de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social no IFSC câmpus Lages, na percepção dos beneficiários e servidores. Apresentaremos primeiramente as percepções dos beneficiários e posteriormente as percepções dos servidores.

Primeiramente apresentamos o perfil dos sujeitos envolvidos na pesquisa, considerando renda per capita, condições de moradia, ocupação e acesso a programas sociais, dentre outros aspectos. Para facilitar a visualização das informações, optamos pela elaboração de um quadro com as referidas variáveis, conforme segue:

Quadro 2 – Perfil dos estudantes entrevistados

Estudante	Idade/ Etnia ¹⁶	Gênero	Proce_ dência	Renda per capita	Moradia	Ocupação/ Curso	Cadastro Único
B1	26 Pardo	M	SP SP	Até ¼ SM	Imóvel alugado	Estudante Superior	Sim
B2	22 Pardo	M	PA Cap.Poço	Sem renda	Imóvel alugado	Estudante Técnico	Sim
B3	22 Preto	F	SC Lages	Sem renda	Imóvel cedido	Estudante Superior	Sim
B4	20 Branco	M	SC Lages	½ SM	Imóvel cedido	Estudante Superior	Sim
B5	36 Pardo	F	RN F.G	1 e ½ SM	Imóvel alugado	Desemp. Téc e Sup	Não
B6	28 Branco	F	SC Lages	Até ¼ SM	Imóvel cedido	Estudante Superior	Sim
B7	24 Branco	M	SC Lages	Até ¼ SM	Imóvel cedido	Estudante Técnico	Não
B8	51 Preto	F	SC S.J.C	Sem renda	Imóvel cedido	Desemp. Técnico	Sim
B9	20 Pardo	M	PA Belém	Sem renda	Imóvel alugado	Estudante Superior	Sim
B10	20 Branco	F	RS S.L.G)	Sem renda	Imóvel alugado	Desemp. Superior	Sim

Fonte: a autora, baseado no sistema do PAEVS/IFSC, 2020.

Podemos observar, no quadro 2, que os entrevistados tem idade entre 20 e 51 anos. Quanto à etnia os estudantes se autodeclararam: 4 pardos, 2 pretos e 4 brancos.

O quadro acima demonstra também que etnia e renda remetem para pensar que uma sociedade escravocrata e racista continua mantendo a desigualdade social entre brancos e negros. Melhor, não é possível refletir sobre o fenômeno da pobreza no Brasil, sem cruzar condição de classe social e grupo étnico.

Em relação ao gênero são 5 do sexo feminino e 5, masculino. Quanto a procedência, 5 estudantes vieram de outros estados do Brasil para estudar (foram aprovados no Sistema Único de Seleção Unificada) e os demais são moradores de Lages e municípios vizinhos. Dos 10 estudantes, 7 estão em cursos de nível superior e 4 no nível técnico. Um dos entrevistados

¹⁶ As categorias preto, pardo e branco são utilizadas pelo IBGE e não explica a pertença a um grupo étnico que incorpora outras características culturais, biológicas, de valores, dentre outras.

frequenta dois cursos: 1 de nível técnico (período vespertino) e 1 de nível superior (período noturno).

Um aspecto que chama a atenção é que a maioria dos estudantes entrevistados não possui renda. Em seguida, três estudantes com renda per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (SM), um estudante com $\frac{1}{2}$ SM e apenas um estudante com renda per capita de 1 e $\frac{1}{2}$ SM. Esses dados mostram que a renda per capita mais elevada não ultrapassa, sequer, um salário mínimo e meio.

Com relação às condições de moradia nenhum estudante possui casa própria: todos vivem em imóvel alugado ou cedido por parentes e/ou poder público (caso do entrevistado B8 que reside numa precária moradia cedida pela prefeitura, onde não tem saneamento básico e o esgoto corre em frente a sua casa). Na composição do perfil socioeconômico esta informação é significativa, pois indica um aspecto muito importante de sua condição de vida.

Referente à ocupação, nenhum dos entrevistados possui emprego formal ou informal, todos se consideram estudantes ou desempregados. Apenas um entrevistado não está cadastrado no Cadastro Único¹⁷ por desconhecê-lo.

Embora a autoidentificação de “preto”, “branco” e “pardo”, apresentem limites para se compreender a identidade étnica dos sujeitos beneficiários e participantes desta investigação, refletindo a intersecção etnia, renda e classe social, é notório que entre os dez entrevistados, quatro apresentam-se como “brancos” e seis incluindo “pardos” e “pretos”. Ou seja, sessenta por cento desta amostra representam os segmentos sociais, não brancos, que além de empobrecidos, remetem para pensar e problematizar a formação da sociedade brasileira cujo berço é a escravidão como veremos na análise dos dados obtidos na pesquisa de campo.

6.1 O PAEVS NA PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Esta subseção apresenta as percepções dos beneficiários do PAEVS no IFSC câmpus Lages. Para responder ao objetivo de compreender os efeitos de uma política de Assistência Estudantil, na perspectiva da garantia do acesso e permanência, desenvolvida pelo Programa

¹⁷ O Cadastro Único reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Essas informações permitem ao governo conhecer as reais condições de vida da população e, a partir dessas informações, selecionar as famílias para diversos programas sociais. Fonte: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio.php#Cadastro%20%C3%9Anico>. Acesso em: 29 jun.2020.

de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social no IFSC câmpus Lages, na percepção dos beneficiários, foram consideradas as respostas das seguintes questões:

1. O que é o Programa de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social para você?¹⁸
2. Geralmente você utiliza o Auxílio para quê?
3. O que você faria se não tivesse recebido os auxílios estudantis?

A partir das respostas elegemos três categorias de análise, elencadas a seguir:

6.1.1 "O PAEVS foi a única forma que eu vi de me manter no curso".

6.1.2 "Utilizo o Auxílio para as despesas básicas".

6.1.3 "Se eu não recebesse os auxílios do PAEVS, desistiria do curso.

6.1.1 "O PAEVS foi a única forma que eu vi de me manter no curso".

Conforme já citado no texto, o Programa de Atendimento a Estudantes em Vulnerabilidade Social – PAEVS foi criado com o objetivo de proporcionar as condições básicas e essenciais à garantia da permanência dos estudantes na instituição, buscando atuar, de modo preventivo, nas situações de evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Dentre as respostas obtidas à pergunta "O que é o Programa de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social para você?", destacamos as seguintes:

Prá mim é a forma de sobrevivência no curso, porque principalmente como eu e meu irmão, no caso, a gente veio de fora então, quando a gente soube que tem o PAEVS e essa forma como ele funciona, é bem para as necessidades básicas mesmo, aluguel, alimentação, ou seja, é a única forma que eu vi de me manter no curso, até porque a gente só foi conseguir estágio agora no final do curso, então eu que estou aqui desde 2011/2012, fazendo técnico em biotecnologia, usufrui do PAEVS prá me manter na cidade. (B1).

Para este entrevistado o PAEVS significa a condição para ingressar no ensino superior e manter-se no curso, ao atender suas necessidades básicas, nomeadamente moradia e

¹⁸ A questão "a" primeiramente foi feita de forma aberta, depois foram apresentadas cinco opções de respostas.

alimentação. Em outras palavras, o sujeito está a refletir sobre as suas condições materiais de vida, podendo referir-se tanto aquelas de onde veio, como aquelas encontradas com finalidade de estudar.

O entrevistado reflete o significado do Programa a partir da garantia de seus meios de subsistência. É preciso estar vivo, com saúde e com muita energia para estudar. Como refletem Marx e Engels, (2009, p. 24), o primeiro ato de toda história humana, é “a existência de indivíduos humanos vivos”. Sem esta condição é impossível viver, pensar, estudar, construir qualquer projeto de vida. A resposta à indagação feita remete para pensar e problematizar as condições de vida deste beneficiário do PAEVS, isto por que sabemos, “aquilo que os indivíduos são depende de suas condições materiais de sua produção”. (Idem, p. 25).

O entrevistado B3 afirmou o seguinte:

Prá mim é um auxílio que faz com que eu consiga estar na faculdade, porque sem esse auxílio, talvez até estivesse, mas não tão assíduo, porque às vezes falta dinheiro para o lanche, tem que ficar aqui de tarde ou tem que ficar a noite, não tem como ficar, porque você tem que comer, é meio complicado, então você fica um ou dois dias aí depois não fica mais, [...] é um auxílio pelo menos prá mim, que faz com que eu consiga ficar, me manter aqui. É fundamental. (B3)

Esta percepção relaciona o PAEVS com a assiduidade do estudante no curso, uma vez que além do período matutino, precisa permanecer à tarde ou à noite no câmpus, e a condição existencial é estar alimentado. Como lhe falta condições financeiras, o auxílio que recebe é fundamental para sua permanência no curso. Nas suas palavras “[...] é um auxílio que faz com que eu consiga ficar, me manter aqui”.

Podemos perceber na fala do estudante, a conexão que o mesmo faz entre o acesso à instituição de ensino e sua permanência no curso. Pois se o estudante não dispuser das mínimas condições, como a compra de um lanche, caso deste entrevistado, a sua permanência fica comprometida. Ingressar numa instituição de ensino é também poder permanecer nela e poder obter êxito acadêmico, o acesso, somente, não garante o êxito, quer dizer, acesso não é garantia de permanência.

Isso nos leva a pensar nas contradições entre o direito à educação e os obstáculos em relação à plenitude do acesso, reflexões trazidas por Boneti (2013) quando aponta que no Brasil, se por um lado, o acesso à educação constitui-se num direito do indivíduo, como

instrumento primeiro de construção da cidadania, por outro, é indiscutível o distanciamento ainda presente entre o direito à educação e a plenitude do acesso¹⁹.

O referido autor ressalta que, embora o número de vagas tenha aumentado nos últimos anos, o acesso a uma vaga no Ensino Superior ainda é restrito e consiste numa dificuldade para a maioria dos jovens brasileiros.

Portanto, no entendimento do autor, a expansão não pode ser confundida com democratização, uma vez que “para atingir esse objetivo, seriam necessárias condições de acesso, **permanência** e formação profissional condizentes com os requisitos de uma sociedade democrática” (BONETI, 2013, p. 524, grifo nosso).

Quando o entrevistado afirma “[...] às vezes falta dinheiro para o lanche[...]” observamos a dificuldade econômico-financeira enfrentada pelo estudante ao não conseguir suprir sequer uma necessidade básica de vida: a alimentação.

Conforme dados socioeconômicos trazidos pelo Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável da Fecam (2018), o cenário de desigualdade social na Serra Catarinense continua a se reproduzir. Com um índice de pobreza de 33,3%; um alto índice de analfabetismo, de 35%; um elevado número de pessoas em situação de pobreza, mais de 49 mil pessoas e famílias com renda domiciliar per capita de R\$ 744,00 o território da Serra Catarinense caracteriza-se como uma das regiões de maior precariedade econômico-social do estado de Santa Catarina.

Tal cenário de desigualdade social, aqui localizado, apresenta uma abrangência mundializada. Bauman (2015), ao discorrer sobre a indagação “o quanto somos desiguais?”, menciona as seguintes informações que apontam para a desigualdade global com tendência para seu aprofundamento:

[...] a riqueza combinada das cem pessoas mais ricas do mundo é quase duas vezes maior que aquela dos 2,5 bilhões de mais pobres. Segundo o World Institute for Development Economics, com base em Helsinque, as pessoas na faixa do 1% mais rico da população mundial são quase 2 mil vezes mais ricas que aquelas na faixa dos 50% da faixa inferior da escala. Tendo recentemente examinado estimativas de desigualdade global, Danilo Zolo concluiu que pouquíssimos dados são necessários para confirmar, de maneira drástica, que o sol está no ocaso da Era dos Direitos no período da globalização. A Organização Internacional do Trabalho estima que 3 bilhões de pessoas vivam hoje abaixo da linha de pobreza, estabelecida em US\$ 2 por dia. Assim como destacou Zolo, John Galbraith, no prefácio do Human Development Report do Programa de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, em 1998, documentou que 20% da população mundial açambarcavam 86% de todos os bens produzidos no mundo, ao passo que os 20% mais pobres consumiam apenas 1,3%. Hoje, por outro lado, após quase quinze anos, esses números vão de mal a pior: os 20% mais ricos da população mundial consomem 90% dos bens produzidos, enquanto os 20% mais pobres consomem 1%. Estimou-se

¹⁹ O acesso à Educação Superior é entendido, por Boneti, não apenas como oportunidade de ingresso, mas de acesso ao conhecimento, de permanência e conclusão.

também que as vinte pessoas mais ricas do mundo têm recursos iguais aos do bilhão de pessoas mais pobres. (BAUMAN, 2015, p. 16-17).

A dificuldade relatada pelo estudante em razão da falta de condições financeiras para comprar um lanche é uma das expressões da questão social vista no decorrer deste estudo. Enquanto muitos sofrem as mazelas, fruto da acumulação do sistema capitalista, poucos usufruem das riquezas que são socialmente produzidas.

Os depoimentos desse estudante evidenciam os efeitos da desigualdade social que não permitem aos estudantes as condições de manter-se de forma digna na instituição de ensino de modo a obter êxito acadêmico e conclusão do curso.

A entrevistada B5 faz as seguintes colocações:

Na verdade, o PAEVS prá mim é tudo, prá mim é tudo, porque se eu não tivesse sido contemplada com certeza eu não estaria estudando nesse momento, [...], é muito importante principalmente na questão mesmo de alimentação, porque no momento eu não estou trabalhando e na minha sala que começamos uma turma com 37 alunos, eu fico muito triste quando eu vejo [...] no segundo semestre, tem apenas 16 pessoas, [...] primeiro semestre acompanhei vários colegas falando: eu vou desistir porque eu não consegui o benefício, e estão desempregados e como o curso é no período da tarde, se eles tivessem um auxílio ainda iria segurar um pouco a barra prá continuar estudando, então, eu me encontro numa situação difícil, não estou com carteira assinada, não tenho emprego, então o PAEVS está me mantendo aqui e com 36 anos, eu já morei em São Paulo, vim de Natal e eu nunca tive assim um ensino de qualidade, então assim, os professores são excelentes e sou muito feliz aqui, nunca fui tão bem acolhida, então o PAEVS me ajuda e me manter aqui. (B5)

Essa percepção revela o PAEVS como a única condição para manter-se estudando, uma vez que veio de outro estado e está desempregada, encontrando-se numa situação difícil. Ressalta a importância do Auxílio principalmente para a compra de alimentação. Ela menciona a expressiva evasão de estudantes decorrente do não recebimento do Auxílio.

Afirma que o PAEVS é tudo porque sem este ele não estaria estudando. Permitimo-nos afirmar que para esta estudante o Auxílio consiste num mecanismo garantidor de acesso e permanência no IFSC.

Ainda segunda esta entrevistada “o PAEVS [...] é muito importante principalmente na questão mesmo de alimentação, porque no momento eu não estou trabalhando [...]”. Observamos, em apenas um enunciado, a referência a dois direitos: alimentação e trabalho.

Recordamos aqui as premissas do materialismo histórico e dialético propostas por Marx e Engels, segundo as quais,

o processo de vida social, política, e econômica é condicionado pelo modo de produção de vida material. São as condições materiais que formam a base da

sociedade, sua construção, suas instituições, regras, ideias e valores. Nessa perspectiva, a realidade (natural ou social) evolui por contradição e se constitui num processo histórico (REGO, 1997, p. 97).

Portanto, a produção de meios materiais é que permite aos humanos a manutenção de sua existência. Lançando um olhar crítico para a realidade desta estudante de 36 anos, ressaltam-se os seguintes aspectos: baixa renda, procedente do nordeste do Brasil, desempregada, sem moradia própria, moradora da periferia da cidade Lages, compartilha não dos frutos do desenvolvimento, mas das mazelas produzidas pela sociedade hegemonicamente capitalista que joga milhares de pessoas na pobreza, conforme temos refletido neste estudo.

Esses aspectos integram um contexto onde os efeitos da desigualdade social decorrem da sociedade de classes. Nesse sistema, onde uns se apropriam dos meios de produção e enquanto outros se submetem a vender sua força de trabalho para poder sobreviver, os frutos do desenvolvimento não são compartilhados igualmente.

Partindo desse pressuposto, só “teremos uma associação, na qual o desenvolvimento livre de cada um é a condição para o desenvolvimento livre de todos” (MARX e ENGELS, 1998, p. 44).

Esse entendimento converge com as afirmações de Bauman (2015) que mostram como somos desiguais e como cresceu a distância entre ricos e pobres, nações ou continentes. Para o autor, no modelo de produção capitalista, o crescimento econômico segue uma lógica segundo a qual apenas uma pequena quantidade de pessoas devem se beneficiar em detrimento de uma grande maioria.

Bauman apresenta informações que indicam o tamanho das desigualdades sociais de renda no mundo.

Um estudo recente do World Institute for Development Economics Research da Universidade das Nações Unidas relata que o 1% mais rico de adultos possuía 40% dos bens globais em 2000, e que 10% mais ricos respondiam por 85% do total da riqueza do mundo. A metade situada na parte mais baixa da população mundial adulta possuía 1% da riqueza global. Contudo, essa é apenas uma foto instantânea do processo em curso. A cada dia, avultam-se sem parar informações ainda piores para a igualdade humana e *também para a qualidade de vida de todos nós* (BAUMAN, 2015, p. 9, grifos do autor).

Esses dados mostram que o crescimento econômico não é igualitário e que a concentração de renda continua a se expandir, o que vai fazendo persistir a pobreza, a fome, a exclusão e tantas outras problemáticas sociais, efeitos da desigualdade.

O autor adverte para as crenças e pretextos que são criados para apoiar e sustentar a persistência da desigualdade. Bauman (2015, p. 29) referencia Daniel Dorling que enfatiza,

dentre outros aspectos: “a desigualdade social dentro dos países ricos persiste por uma crença continuada nos princípios de injustiça, e porque pode ser chocante para as pessoas compreenderem que talvez haja algo de errado com grande parte do tecido ideológico da sociedade em que vivemos”.

Bauman (2015) ressalta que esses princípios da injustiça dão sentido às convicções. São as crenças com as quais pensamos, mas sobre as quais não refletimos. Quer dizer, formamos nossas opiniões a partir das crenças que estão internalizadas em nós.

Considerando as questões levantadas e resgatando a fala da entrevistada (B5) que diz “[...] primeiro semestre acompanhei vários colegas falando: eu vou desistir porque eu não consegui o benefício, e estão desempregados [...]” é importante ressaltar que as ações da política de assistência estudantil, por meio do PAEVS, devem ser mais abrangentes, buscando atuar de modo preventivo nas situações de evasão decorrentes da falta de condições financeiras, como é o caso desses estudantes mencionados pela referida entrevistada.

Com base nessas afirmações, é possível perceber que os entrevistados revelam a importância do Programa de Atendimento aos estudantes em Vulnerabilidade Social para a permanência e percurso acadêmico. Contudo, ainda é insuficiente, uma vez que nem todos os estudantes em situação de vulnerabilidade social são contemplados pelo Programa, como ficou claro na exposição da entrevistada B5 “primeiro semestre acompanhei vários colegas falando: eu vou desistir porque eu não consegui o benefício [...]”.

Como visto no depoimento, a não concessão do Auxílio leva grande parte dos estudantes a desistirem do estudo, trocando-o pelo trabalho. Frequentemente o estudante de baixa renda deixa de estudar para ajudar nas despesas de casa com atividades informais, os chamados “bicos” .

É importante ressaltar que o PNAES foi criado exatamente para ampliar as condições de permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade social nas instituições federais de ensino superior (IFES), buscando minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior (BRASIL, 2010). Sublinhamos, portanto, que, com a entrada de pessoas empobrecidas nas instituições federais - de modo especial nos institutos federais – foi necessário discutir sobre a permanência desse público, daí a importância da implementação da política de assistência estudantil.

Em suma, analisando as respostas acima podemos afirmar que os estudantes concebem o Programa de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social como um instrumento que os auxilia na permanência no curso, uma vez que dependem dele para o atendimento de suas necessidades básicas como alimentação, aluguel e transporte para deslocarem-se até o

câmpus. Esses estudantes são provenientes de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica como visto no quadro 2, então sem o Auxílio muitos acabam desistindo do curso conforme afirma o entrevistado B5: “[...] primeiro semestre, ali acompanhei vários colegas falando: eu vou desistir porque eu não consegui o benefício[...]” .

Por essas contradições entre o direito e o que de fato é garantido ao estudante, é que se torna necessário discutir essa problemática, no sentido de promover condições que garantam a permanência e o êxito acadêmico. Como podemos observar nas respostas, o PAEVS é visto por esses estudantes como um meio de inclusão das pessoas de baixa renda nessa instituição federal de ensino.

Quanto às respostas das opções apresentadas aos entrevistados sobre a concepção do PAEVS, temos o seguinte:

Pergunta: O que é o Programa de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social para você?

1. Não sei.
2. Uma política pública que tem como fundamento o direito à educação.
3. Uma ajuda financeira do IFSC.
4. Um favor do governo.
5. Outro

Nenhum estudante respondeu as opções 1, 4 e 5: “Não sei”, “Um favor do governo” e “Outro”. Seis responderam somente a opção 2: “Uma política pública que tem como fundamento o direito à educação”. Um estudante respondeu a opção 3: “Uma ajuda financeira do IFSC” e dois estudantes responderam as alternativas 2 e 3.

Analisando as respostas observamos que os entrevistados não demonstraram uma concepção restrita e assistencialista sobre o Programa. Pelo contrário, referenciaram o Programa de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social na perspectiva dos direitos de cidadania e não como um favor do governo ou simplesmente uma ajuda financeira oferecida pela instituição. Demonstraram consciência do direito à educação.

Essa percepção é interessante porque, na compreensão de Paulo Freire (2001), a conscientização consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência pelo ser humano, assumindo uma posição crítica e buscando compreender a realidade que o cerca atuando na sua transformação. Nesta perspectiva, Feitosa (2011, p. 127) afirma que “quanto mais avançado for o processo de conscientização, mais se desvela a realidade, mais se desmitologiza a realidade”. O autor continua:

Por muito tempo, a pobreza e o sofrimento humano foram justificados através de mitos que contribuem para o engessamento da profunda situação de miséria e desigualdade vivida por muitos seres humanos. Muitos ainda acreditam que a fome é fruto de nosso insuficiente desenvolvimento tecnológico e científico que não gera a riqueza necessária para abranger a todos, ou acreditam que a violência que vemos todos os dias nas ruas das grandes cidades é um desdobramento natural da natureza humana, ou ocorre pela existência de um “gene da maldade” que várias pessoas carregam em seu sangue. Muitos não percebem que a pobreza é a principal causa de morte no mundo, e que ela persistirá enquanto 1% da população mundial possuir 40% da riqueza produzida no mundo e 50% da população mundial mais pobre possuir apenas 1% da riqueza produzida (Idem, p. 128).

O autor assinala que esses mitos possuem a força de levar as pessoas à crença de incapacidade, o que leva à desesperança e ao comodismo. Para ele, quanto mais desvelada e desmitologizada for a realidade, mais eficazes e transformadoras serão as respostas dadas pela sociedade para superar os desafios por uma vida melhor.

Trouxemos essa breve reflexão sobre o olhar crítico da realidade, para destacar a importância da conscientização dos processos decisórios, sobretudo no que se refere a implementação das políticas públicas, de onde vêm os recursos, das decisões governamentais e dos processos sociais dos quais resultam os direitos sociais, para que a população participe ativamente no processo de transformação da sociedade. No caso em questão, a importância da sociedade, da comunidade acadêmica e dos movimentos estudantis se colocarem como ativos nesse processo de transformação.

Diante das ponderações feitas até aqui, é possível afirmarmos que a democratização da educação passa pelas ações da assistência estudantil, uma vez que as pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica precisam desta política pública para continuar na instituição de ensino. Portanto, visto nesta perspectiva, o PAEVS não é um favor, é um direito previsto na Constituição e nas leis infraconstitucionais.

Essa indagação permitiu perceber o posicionamento dos estudantes entrevistados, beneficiários do Programa, frente às tensões de uma política pública, muitas vezes, fundamentada nos princípios meritocráticos, pautados em atributos individuais, como visto no decorrer do texto.

As respostas dadas manifestam a interpretação dos auxílios como “direito”, em contraposição à “favor”, ou seja, o reconhecimento das políticas públicas como direitos e não como política de governo. Problematizar a percepção que os estudantes têm sobre os auxílios como direito ou favor não se trata, simplesmente, de conhecer seus pontos de vistas, mas de promover espaços de diálogo e de avaliação da política da qual são o foco.

6.1.2 “Utilizo o Auxílio para as despesas básicas”.

Dentre as respostas dadas à pergunta “Geralmente você utiliza o Auxílio para quê?”, destacamos as seguintes:

O PAEVS eu uso ele para o transporte escolar, prá eu poder ir pro IFSC, eu uso prá comprar alimentação, pagar internet, eu estudo pela internet, que eles mandam pela internet né, já vou adiantando algum projeto que é pra fazer, chego lá (no IFSC) é só montar. Outra coisa, luz, quando eu tinha luz, que eu vou arrumar de novo, tá minha amiga e prá remédio, eu uso até pros meus remédios, só não prá consulta que daí a consulta é muito caríssima, é 480 cada consulta, aí não dá, esse eu vou ter que brigar ainda. (B8)

Então, utilizo o Auxílio para as despesas básicas: alimentação, transporte até o câmpus, aluguel, luz e água. (B10)

Pagamento de contas como, aluguel, água, luz, alimentação, praticamente prá se manter na cidade e se manter no curso, básico do dia a dia. (B1)

Prá alimentação, ajuda nas despesas, como aluguel, água e luz, é não é o suficiente, é uma ajuda, é só uma parte, porém a gente usa mais prá isso, a gente não tem como usar para outros meios. (B2)

Eu uso, eu coloco no cartão do ônibus né, uma parte e outra parte eu deixo destinado prá comprar pagar almoço aqui no IFSC, nos dias que eu fico ou pagar um lanche à noite quando a matéria é à noite e daí o resto eu uso com a minha filha, fralda. (B3)

Eu utilizo o auxílio prá alimentação, mais prá alimentação. Alimentação, luz e água, as despesas básicas. (B4)

Constatamos nas respostas que os entrevistados utilizam o Auxílio PAEVS para as despesas básicas como alimentação, água, luz, aluguel, dentre outros. Para eles, este Auxílio é o que lhes dá, mesmo que sejam mínimas, condições de existência.

Trazemos aqui, mais uma vez, as constatações de Marx e Engels que, em *A Ideologia Alemã* (2007, p. 50), afirmam que:

[...] a primeira premissa de toda a existência humana, e portanto também de toda a história, é a premissa de que os homens, para “fazer história”, **se achem em condições de poder viver. Para viver, todavia, fazem falta antes de tudo comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais.** O primeiro ato histórico é, pois, a geração dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da vida material em si, e isso é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda história, que tanto hoje como há milênios, tem de ser cumprida todos os dias e todas as horas, simplesmente para assegurar a vida dos homens. (grifos nossos).

Os autores destacam que ter condições de poder viver, possuindo comida, moradia, vestimenta, dentre outras necessidades, é a primeira premissa da existência humana e também de toda a história. Vimos no quadro 1 que os valores recebidos pelos beneficiários do PAEVS variam de R\$ 120,00 a R\$ 405,00 de acordo com seu Índice de Vulnerabilidade Social.

Agora vejamos os dados da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). No mês de setembro de 2020 o custo da cesta básica aumentou em todas as capitais pesquisadas. Florianópolis/SC foi a cidade que teve a maior alta entre as cidades pesquisadas (R\$ 582,40).

Com base nesse preço, o DIEESE estima que o Salário Mínimo Necessário deveria ter sido equivalente a R\$ 4.892,75, o que corresponde a 4,68 vezes o mínimo vigente de R\$ 1.045,00. O cálculo é feito levando em consideração uma família de quatro pessoas, com dois adultos e duas crianças.

Tomando como referência de preço a capital Florianópolis que teve, em setembro, a maior variação na cesta básica, fazemos os seguintes questionamentos: é possível uma pessoa se manter com R\$ 120,00, R\$ 405,00? Convém reiterar que nos últimos dias da escrita desta dissertação, os custos da alimentação, gás e luz tem novos aumentos acompanhados da crescente desvalorização da moeda nacional.

Essas informações vão ao encontro da discussão trazida por Aldaíza Sposati (1998) quando discorre sobre os mínimos sociais e as necessidades básicas e universais. A autora enfatiza que riqueza e direito são parceiros exclusivos na sociedade brasileira, apoiada na cultura elitista e caracterizada por um Estado de mínimas responsabilidades sociais e públicas. “É de causar espanto a persistência na cultura etico-política dos brasileiros da discriminação ao direito universal à cidadania” (SPOSATI, 1998, p. 197). A autora constata que no Brasil, há uma distância histórica, uma desconexão entre o que está escrito na Constituição Federal de 1988 (CF 88) e o quê, de fato, se cumpre.

Embora os direitos constitucionais encontrem-se nos textos legais, o modo como são aprovados é excludente e reducionista. Vejamos, por exemplo, o Benefício de Prestação Continuada²⁰ (BPC) criado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS): para acesso ao benefício, o idoso (a partir de 65 anos de idade) e a pessoa com deficiência devem possuir

²⁰ O Benefício de Prestação Continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família (Lei nº8. 742/93). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acesso em 03 dez. 2020.

renda mensal familiar per capita inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo. Esse limite de renda tão restrito inviabiliza a participação de grande parte da população em situação de pobreza.

Os critérios de elegibilidade aos benefícios sociais, por serem muitas vezes rígidos, deixam muitas pessoas que vivem em situação de pobreza e exclusão fora das políticas, que se dizem, de inclusão. Nesse sentido, trazemos mais uma vez as contribuições de Sposati (1998, p. 199) que aponta:

Insistir em direitos sociais no Brasil, este país de um "Estado Mínimo histórico" é, sem dúvida, vestir a capa de utópico no pior sentido do termo. Aqui, política social e pobreza são tomadas como irmãs siamesas. Consequentemente, as políticas sociais são transformadas em ações com caráter circunstancial e precárias, pois são dirigidas aos que menos têm.

Retomando o que diz a entrevistada B4 “Eu utilizo o auxílio pra alimentação, mais pra alimentação [...]” percebemos a importância que o valor recebido por meio do Programa tem na vida destas pessoas em condição de pobreza e que conseguiram ingressar numa instituição de ensino. Por outro lado, há que nos perguntarmos: se o estudante está desempregado, se a família não possui condições financeiras para ajudá-lo e se o Auxílio que recebe não é suficiente, como as demais necessidades serão atendidas?

A LOAS²¹ prescreve a Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado, que provê, os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento das necessidades básicas. No entanto, como já mencionado por Sposati, há uma grande diferença entre o que está exposto nos textos legais e o que acontece na prática.

Prosseguindo na discussão sobre os mínimos sociais, Sposati (1998) ressalta que a garantia de um padrão de vida mínimo implica a adoção de padrões de proteção e de vida direcionados a grupos de baixa renda e a grupos mais vulneráveis. Esse padrão de vida básico supõe: salário mínimo, suplemento de rendimentos, criação de postos de trabalho, educação e formação profissional, etc. Todavia, os serviços de apoio aos vulneráveis foram mantidos sob critérios de alta seletividade. Para a autora, a situação brasileira causa apreensão, uma vez que ainda não ocorreu a institucionalização de tais mínimos sociais. Estes permanecem somente como texto constitucional ou legal na LOAS sem aplicação prática adequada. Em Marx ganha relevância o aspecto cultural, na determinação das necessidades básicas. Para ele

²¹ Lei Orgânica da Assistência Social/Lei nº8. 742/93.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acesso em 03 dez. 2020.

[...] o âmbito das assim chamadas necessidades básicas, assim como o modo de sua satisfação é, ele mesmo um **produto histórico** e depende, por isso, grandemente do **nível cultural** de um país, entre outras coisas também essencialmente sob que condições e, portanto, com que hábitos e aspirações de vida, se constituiu a classe dos trabalhadores livres (MARX, 1985, p. 141)

Em outras palavras, para este autor do materialismo histórico, o nível cultural de uma pessoa, um grupo social ou uma certa sociedade, determina a consciência de suas necessidades básicas, de seu bem-estar ou até mesmo a qualidade de vida, e particularmente o modo de sua satisfação. Sabemos que o modo de produção e as relações sociais de produção revelam a maneira como uma sociedade, produz, distribui e usufrui os bens produzidos socialmente. Estamos diante de uma questão estrutural da sociedade. E qualquer distorção desta questão social, não se resolve com políticas públicas que sequer promovem a inclusão social e econômica. Que dirá resolver o acesso e garantia dos padrões mínimos de vida digna.

Diante do exposto e resgatando o que afirmaram os entrevistados de que utilizam o PAEVS para suas necessidades básicas do dia a dia, conforme relatou esse estudante “Eu utilizo o auxílio para alimentação,... luz e água, as despesas básicas”, constatamos que o Estado através das políticas de assistência social não tem garantido o atendimento às pessoas em condição de vulnerabilidade. As políticas sociais são falhas, não atendem a um padrão de dignidade humana e quando aplicadas ocorrem de modo pontual e fragmentado. No que concerne à política de assistência estudantil, esta deveria ser desenvolvida de forma articulada com as demais políticas públicas do município para que se obtivesse melhor efetividade.

Esse entendimento vai ao encontro do pensamento de Sposati (1998, p. 206) ao dizer que:

Não se avançará a consolidação das garantias sociais enquanto a sociedade civil não caminhar seu projeto de solidariedade nessa direção. A exigência de padrões mínimos precisa fazer parte do padrão de dignidade que a sociedade quer ver reconhecido entre seus pares. Sem dúvida, o Estado e o governo enquanto sua forma de administração devem consolidar (sic) e regular tais garantias. Todavia sua efetivação é decorrência da exigência da sociedade.

Nesse sentido, para que os mais vulneráveis possam usufruir de um padrão de vida mínimo, ou de mínimos sociais, o Estado deveria oferecer um conjunto de benefícios envolvendo não só alimentação, mas moradia, educação e serviços públicos em saúde. Todavia, para assegurar essa cobertura, seria preciso uma política de Seguridade Social que ampliasse sua proteção aos excluídos e vulneráveis, o que pode ser objeto de um próximo estudo.

6.1.3 “Se eu não recebesse os auxílios do PAEVS, desistiria do curso”.

Esta categoria resume a opção que os entrevistados teriam na hipótese do não recebimento do Auxílio PAEVS: desistir do curso. Como visto no quadro 2, cinco estudantes entrevistados são procedentes de outros estados. Desses, três deles não possuem renda; um tem renda per capita de até $\frac{1}{4}$ SM e o outro possui renda per capita de até 1 e $\frac{1}{2}$ SM e; os cinco vivem em imóvel alugado.

Alguns desses estudantes recebiam o Auxílio Moradia, cujo valor é de R\$ 400,00. Porém, devido os cortes orçamentários em 2018/2019 este Auxílio foi suspenso, o que causou grandes transtornos para os estudantes que já haviam se planejado contando com este benefício. A consequência disso foi a desistência de alunos.

Dos estudantes entrevistados que moram em Lages e na região, dois não possuem renda; dois têm renda per capita de até $\frac{1}{4}$ SM e um possui renda per capita de $\frac{1}{2}$ SM; nenhum deles possui casa própria. Esses números nos revelam a realidade de pobreza em que vivem esses estudantes, tanto os do território da Serra Catarinense quanto dos que vieram de outros estados do Brasil. Esse cenário nos mostra como as políticas de assistência estudantil tornaram-se imprescindíveis para garantir a permanência destes estudantes nas instituições federais de ensino.

Como vimos em seção anterior no presente texto, com a expansão do ensino superior nas universidades e institutos federais nos últimos anos, foi significativo o número de estudantes provenientes das classes menos favorecidas que acessaram o ensino superior. Entretanto, não basta somente o acesso, é preciso garantir a permanência.

Essa ideia condiz com a crítica que Nascimento (2012, p. 23) faz sobre o desequilíbrio entre a expansão do acesso e os investimentos. A autora não desconsidera os avanços que esta Política representa para a educação superior, como fruto da luta dos movimentos sociais, todavia,

o problema é que sendo orientada pelo discurso do neodesenvolvimentismo, a forma como o PNAES é implementado nas IFES baseia-se na lógica dos mínimos sociais, sob o argumento de ampliação do número de usuários, porém de forma desarticulada com a qualidade dos serviços prestados. Sem contar o fato de que suas ações prevêm maiores resultados à custa de menores investimentos e a forma como a política se estrutura caminha na lógica das *políticas pobres para os pobres* (idem, p. 23).

Nesse sentido, é importante lembrarmos que no Brasil, sobretudo a partir do ano de 2017 para cá, o discurso neoliberal do governo vem orientando as políticas públicas, de modo a adotar critérios rígidos de seletividade, sob a justificativa de falta de recursos do Estado.

Isto quando estas políticas não são varridas do mapa das políticas sociais básicas conquistadas ao longo das últimas duas décadas.

Buscando compreender a realidade e analisar criticamente as contradições presentes num contexto social mais amplo, evitando um olhar fragmentado – conforme nos alerta Marx – é importante compreender que essas políticas são fruto de decisões políticas alinhadas ao projeto do governo e que, no caso brasileiro, temos elementos suficientes para afirmar que tal projeto é atender os interesses da ordem capitalista. Afinal, são políticas de governo e não de Estado. A consolidação da democracia social, econômica e política ocorre com instituições fortes e com um Estado de direitos e de bem-estar social e não sob o alicerce movediço de conjunturas instáveis e provisórias de políticas públicas sociais.

Portanto, do mesmo modo que é importante conceber as políticas estudantis como estratégia que contribui com a consolidação do direito à educação, também é fundamental considerar as questões estruturais e políticas que permeiam a elaboração e implementação dessas Políticas, situando-as numa discussão mais ampla.

Feitas essas considerações, voltamos à assistência estudantil, objeto de nossa análise. A Assistência Estudantil ganhou maior destaque com a institucionalização do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) pelo Decreto 7.234/2010 cuja finalidade é a ampliação das condições de permanência dos jovens de baixa renda na educação superior pública federal.

Vejamos os objetivos do PNAES: democratizar as **condições de permanência** dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na **permanência e conclusão** da educação superior; **reduzir as taxas** de retenção e **evasão**; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010, grifos nossos).

Das quatro opções de respostas ao questionamento: “Se você não tivesse recebido os auxílios estudantis [...]”, os entrevistados responderam que desistiriam do curso. Dois deles ressaltaram:

[...] quando eu vim prá cá até busquei emprego e tudo mais, só que como não apareceu nenhum emprego, as contas vinham mesmo assim, então o PAEVS foi essencial prá me manter (B1)

[...] se eu não tivesse o auxílio, eu ia tentar buscar um emprego e se não conseguisse eu ia acabar desistindo... eu seria mais uma que iria esvaziar uma cadeira. [...]. (B5)

Para eles, sem os Auxílios da assistência estudantil, eles não teriam condições de permanecerem no IFSC. Portanto, mesmo que haja limitações e reconhecendo que o Programa precise de aperfeiçoamento e maiores investimentos financeiros, os depoimentos dos entrevistados confirmam que os Auxílios que recebem são de fundamental importância para sua permanência no curso.

Desse modo, o PAEVS configura, na concepção dos estudantes beneficiários entrevistados, como uma importante política afirmativa de permanência, influenciado positivamente no êxito acadêmico e qualidade de vida dos estudantes em situação socioeconômica vulnerável. Sendo assim, o objetivo de manter os jovens de baixa renda na educação superior estaria sendo alcançado.

Outro aspecto que merece ser destacado é o fato da maioria dos entrevistados (e dos demais que recebem o Auxílio) ter sido aprovada em todas as unidades curriculares, o que mostra que o caráter afirmativo do PAEVS também se manifesta no bom desempenho acadêmico dos estudantes.

Muitas vezes, a aspiração de um jovem em condição vulnerável, em conquistar uma vaga numa instituição superior não lhe faz pensar nos desafios que terá pela frente. Para ilustrar, compartilhamos uma situação ocorrida com um estudante do IFSC, da qual somos testemunhas.

Certa vez, no mês de janeiro, no último dia de matrícula (do SISU²²), nos últimos minutos avistamos um jovem negro chegando apressado (com fome e cansado) para fazer sua matrícula. Ele era de um estado do interior do Brasil. Ele relatou que quando soube que havia sido classificado para a vaga que queria e que esta era na cidade de Lages/SC, logo tratou de emprestar dinheiro com os amigos para conseguir chegar a tempo de fazer a matrícula. Não tinha muita noção de distância, pensava que a cidade de Lages ficava próxima de Florianópolis, acabou gastando todo dinheiro que tinha com o transporte até Lages. Não tinha como retornar para seu estado, nem dinheiro para pagar um pernoite e posteriormente um aluguel. Nós da Coordenadoria Pedagógica prontamente o acolhemos e providenciamos moradia e alimentação até que se viabilizassem os Auxílios do PAEVS.

Essa história, combinada com as demais percepções analisadas acima e os efeitos demonstrados pelo Programa na vida dos estudantes, ainda que para a satisfação de mínimas

²² O Sistema de Seleção Unificada (SISU) é um programa do governo federal voltado para estudantes que desejam o ingresso em instituições de ensino superior públicas federais, estaduais e institutos. As vagas são ofertadas a candidatos que participaram do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e utiliza as notas obtidas no exame como mecanismo classificatório para acesso às instituições. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/programas-do-governo/sisu/o-que-e>. Acesso em 01 dez.2020.

necessidades, mostra-nos a necessidade de ampliar a cobertura da Assistência Estudantil no IFSC. Pois se houvesse o Programa de Moradia Estudantil, por exemplo, este estudante e outros que chegaram à cidade para estudar, nessa mesma condição, teriam sido mais bem atendidos. Uma vez que em decorrência da ampliação de vagas e da adoção do SISU/ENEM como formas de acesso nas IFES aumenta o número de estudantes provenientes de outros municípios e estados.

Fica claro nos relatos dos entrevistados, a importância que o Programa de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social tem, não só para a permanência no curso e para o êxito acadêmico, mas também por garantir-lhes os meios de subsistência.

6.2 O PAEVS NA PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES QUE ATUAM NO PAEVS

Esta subseção apresenta as percepções dos servidores que atuam no PAEVS, no IFSC câmpus Lages. Iniciamo-la apresentando o perfil dos servidores entrevistados.

Quadro 3– Perfil dos servidores entrevistados

Servidor	Idade	Gênero	Etnia	Cargo
S1	38	M	Branco	Chefe de Departamento de Ensino
S2	42	F	Branca	Técnica em Assuntos Educacionais
S3	34	M	Pardo	Coordenador de Setor
S4	32	F	Parda	Assistente de Alunos

Fonte: a autora, 2020.

O quadro 3 mostra que os 4 entrevistados apresentam idade entre 32 e 42 anos; dois consideram-se brancos e 2 pardos; 2 homens e 2 mulheres; 2 servidores possuem cargos de nível superior e 2 de nível fundamental, embora estes últimos possuam graduação e especialização. Um servidor, à época da Entrevista, era Chefe de Departamento de Ensino, atualmente exerce o cargo de Diretor Geral do câmpus; outro exercia o cargo de Coordenador

de Setor; uma servidora é Técnica em Assuntos Educacionais e a outra, Assistente de Alunos. Estes três últimos com atuação na Coordenadoria pedagógica, setor onde se operacionaliza o Programa.

Para responder ao objetivo de compreender os efeitos de uma política de Assistência Estudantil, na perspectiva da garantia do acesso e permanência, desenvolvida pelo Programa de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social no IFSC câmpus Lages, na percepção dos servidores, foram consideradas as respostas das seguintes perguntas:

1. O que é o Programa de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social para você?
2. Qual sua avaliação sobre esta política de atendimento ao estudante?
3. Na hipótese da não existência do PAEVS, haveria alguma desvantagem para o IFSC e os beneficiários do Programa? Se sim, quais?

A partir das respostas elegemos três categorias de análise, elencadas a seguir:

6.2.1 “O PAEVS é um Programa que favorece o acesso, a permanência e o êxito do estudante no percurso formativo dele”.

6.2.2 “Eu acredito que é um Programa que precisa se transformar em Política de Estado”.

6.2.3 “Nós iríamos perder, e muito, a nossa capacidade de inclusão”.

Damos prosseguimento ao estudo com a discussão da primeira categoria sobre as percepções dos servidores acerca do PAEVS.

6.2.1 “O PAEVS é um Programa que favorece o acesso, a permanência e o êxito do estudante no percurso formativo dele”.

Ao longo do texto vimos discutindo sobre o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes nas instituições de ensino superior, dando maior ênfase aos dois primeiros. Consideramos importante destacar que, em seus depoimentos, os servidores entrevistados destacaram a realidade social e econômica dos estudantes que recebemos no IFSC e que são sujeitos do PAEVS. São depoimentos que sensibilizam para a realidade socioeconômica da nossa região e resgatam a forma como os jovens acessam o Instituto Federal.

Ressaltamos que as respostas dos servidores entrevistados foram na mesma direção do que disseram os beneficiários, reafirmando o PAEVS como uma oportunidade para acesso e permanência no Instituto Federal de Santa Catarina.

Portanto, dentre as respostas obtidas à questão “O que é o Programa de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social para você?”, destacamos as seguintes:

No meu entendimento, o PAEVS é um programa que favorece o acesso, a permanência e o êxito do estudante no percurso formativo dele, nos cursos que ingressar. (S2)

É oportunizar ao aluno vulnerável o acesso à educação. [...] Com certeza contribui pra permanência do aluno. (S3)

O PAEVS é uma possibilidade, é a chance que alguns alunos conseguem ter prá poderem acessar uma mudança na vida deles, mudança, claro, que é feita através da educação [...] ele é um facilitador desta transformação [...]. (S1)

O PAEVS prá mim é uma política pública, que atende alunos em vulnerabilidade social, ele é destinado para que haja permanência dos alunos [...] Prá mim o PAEVS possibilita que os alunos continuem aqui do início ao fim dos nossos cursos, uma vez que estamos numa realidade muito complexa, muito desigual, de extrema pobreza. Essa instituição é prá todos, para o filho de médico ao rapaz ou senhor que trabalha lá com reciclado, ou do desempregado, do abandonado que não tem família e que está à mercê do estado. Mais que uma ajuda é um direito [...]. (S4)

As declarações acima, como no relato “O PAEVS [...] é a chance que alguns alunos conseguem ter prá poderem acessar uma mudança na vida deles...”, levam-nos a pensar nas dificuldades que as classes historicamente desfavorecidas e os grupos sociais excluídos enfrentam não só para ingressar e manter-se numa instituição de ensino superior, mas para o atendimento das necessidades vitais em seu cotidiano vivido.

Podemos afirmar que essa é a condição de muitos estudantes egressos da rede pública, cuja condição socioeconômica não lhes permite concorrer em condições de igualdade com estudantes provenientes da rede privada, uma vez que a trajetória educacional das classes populares é diferente da trajetória dos estudantes que historicamente tiveram acesso à universidade, por diferentes fatores, tais como a melhor condição econômica familiar que, por sua vez, estabelece relação com o grau de formação dos pais e, como consequência a esses dois elementos, o acesso à informação, às novas tecnologias, à cultura, dentre outros aspectos.

Portanto, nessa análise, há que se destacar as constatações de Costa (2013, p. 49-50).

É preciso agregar na análise a capacidade protetiva da família, o acúmulo de conforto já disponível que contém o trabalho de várias gerações (a herança social) e

o acesso aos serviços públicos. O nível de escolaridade, inserção no mercado de trabalho e acesso à moradia são fatores que interferem na capacidade protetiva da família e são repassados entre gerações para seus membros. Filhos de pais analfabetos, inseridos na economia informal e sem moradia tem, de partida, piores condições de mobilidade social mesmo que para eles sejam ofertadas vagas em escola e acesso ao mercado de trabalho; há um déficit socioeconômico e cultural a ser quitado e isso não se reverte apenas com a variável renda.

Com base em Pierre Bourdieu, Souza (2013) destaca que o conceito “capital” adquire um significado para além de uma categoria econômica, o que inclui tudo o que é decisivo para garantir “o acesso privilegiado a todos os bens e serviços escassos em disputa na competição social” (p. 58), sendo o “capital cultural” o mais importante posto que reflete tudo aquilo que conseguimos “aprender” e não apenas a educação formal. O autor discorre sobre a ação do capital econômico e sua relação com outras formas de capital, o cultural e o social, afirmando que nas sociedades modernas, o capital econômico e o capital cultural são os mais importantes.

Desse modo, prossegue o autor, para que uma família de classe média com menos capital econômico que a classe alta possa assegurar a reprodução de seus privilégios, como estudo de línguas e literatura, por exemplo, terá que possuir algum capital econômico para comprar o tempo livre dos filhos, que não precisam trabalhar cedo como os filhos das classes populares. Para ele, esse entendimento possibilita uma compreensão mais clara acerca da existência de classes sociais privilegiadas em antagonismo às classes populares, destituídas de privilégios. Portanto, com base nos argumentos do autor, podemos afirmar que a situação de empobrecimento, precarização e exclusão em que vivem as classes subalternizadas é consequência dessa apropriação injusta e desigual dos capitais econômicos e culturais.

Ao tratar sobre a conjuntura brasileira, Souza (2019) apresenta uma nova visão sobre as causas das desigualdades sociais que marcam o atual cenário. Conforme o autor, para explicar a história da luta de classes no Brasil deve-se partir da escravidão, concebida por ele “como a semente de toda a sociabilidade brasileira” (SOUZA, 2019, p.10). Para ele, compreender a escravidão como conceito “é perceber como ela cria uma singularidade excludente e perversa. Uma sociabilidade que tendeu a se perpetuar no tempo, precisamente porque nunca foi efetivamente compreendida nem criticada” (idem, p. 10).

Prosseguindo sua análise sobre a sociedade brasileira, Souza (2019) ousa afirmar que no Brasil, a escravidão foi a base para todo tipo de instituição: de família, de economia, de política e de justiça. Contudo, nossa autointerpretação dominante nos vê como continuidade perfeita de uma sociedade que desconheceu a escravidão, fazendo de conta que somos continuação de uma sociedade não escravista. “É como tornar secundário e invisível o que é

principal e construir uma fantasia que servirá maravilhosamente não para conhecer o país e seus conflitos reais, mas, sim, para reproduzir todo tipo de privilégio escravista ainda que sob condições modernas” (p. 42). Portanto, essa “desconstrução” ou nova leitura da realidade brasileira apresentada pelo autor, concebe a escravidão com suas consequências excludentes e perversas como nosso berço de origem, as quais persistem até hoje.

Considerando a experiência profissional no campo educacional e o que observamos no dia a dia dos estudantes e a partir de seus relatos, sentimo-nos seguros para afirmar que um fator que influencia negativamente os estudantes da rede pública e de baixa renda é o ingresso precoce no mercado de trabalho (muitas vezes um trabalho precarizado). O estudante que trabalha durante o dia e estuda à noite (caso dos estudantes dos cursos subsequentes e de alguns cursos superiores do IFSC câmpus Lages) pode dedicar muito menos tempo aos estudos que um estudante que não precisa trabalhar o que tem influência direta no desempenho acadêmico.

A partir dos referenciais teóricos e dos relatos dos entrevistados, constatamos que a pobreza é o principal elemento de limitação do acesso e da permanência no ensino superior, de modo a elevar os índices de evasão escolar nas classes populares. Condição de pobreza esta, profundamente associada à desigualdade social que centraliza as oportunidades educacionais nas mãos dos mais ricos, conforme referencia Gentili (2009, p. 1067): “É esta combinação de pobreza e desigualdade que hipoteca o direito à educação das grandes majorias, transformando-as cada vez mais amplas oportunidades educacionais das minorias em um verdadeiro privilégio”.

Certamente há muitos outros fatores que contribuem com a disparidade de oportunidades de ensino, porém não é este nosso objeto de estudo. Trouxemos essa breve discussão para situar a questão do acesso e da permanência num contexto mais amplo.

Para o entrevistado S3, o PAEVS consiste numa oportunidade para o aluno em condição de vulnerabilidade acessar a educação, de modo que possa permanecer na instituição, conforme o relato: “É oportunizar ao aluno vulnerável o acesso à educação. [...] “Com certeza contribui pra permanência do aluno” (S3). Neste depoimento aparecem as questões do acesso à educação pela pessoa em vulnerabilidade e da permanência.

Para que os jovens em situação de vulnerabilidade social tenham acesso e condições de permanência é necessária a implantação de políticas públicas que atendam a essas necessidades. Sobre isso trazemos as contribuições de Boneti e Rado (2009) que analisam o acesso à educação e a permanência pelos jovens em condições de vulnerabilidade social.

Para esses autores, a política educacional tem a pretensão de suprir um campo de carência real, diminuindo a exclusão das camadas populares. Contudo, apesar de significativos contingentes desta população terem conseguido ingressar na escola, a educação oferecida a ela ainda carece de qualidade.

Na visão dos referidos autores, o fato de a universalização da educação básica ser um importante critério de justiça social e servir para dimensionar a efetividade da política educacional, não significa que sejam garantidos a essa população mais vulnerável, o acesso à educação e a permanência ou que esses jovens tenham condições de concluir seus estudos. Desse modo, é preciso políticas públicas educacionais que garantam não só o acesso, mas a permanência destes jovens na escola (BONETI; RADO, 2009 p. 3610). Para isso é preciso discutir as políticas educacionais de forma integrada e articulada às demais políticas sociais e a partir de um olhar mais ampliado sobre o contexto social em que estas estão inseridas.

Essas ponderações condizem com o pensamento de Fernandes (2004, apud Boneti e Rado, 2009) que aponta para o desafio de melhorar a qualidade do sistema público de ensino, posto que a escola pública recebe quase a totalidade dos jovens em situação de vulnerabilidade social e que, em razão do fracasso escolar que leva os alunos a evadirem da escola, começa a perdê-los muito cedo.

Seguindo nessa perspectiva de análise, Magalhães (2013, p.72) sublinha que “as fragilidades econômicas, sociais e educacionais que uma parcela destes estudantes apresenta ao ingressar na universidade, aliadas às formas diversas de exclusão que irão encontrar no meio acadêmico, podem inviabilizar sua permanência e conclusão de seus cursos”. Neste contexto, a Política de Assistência Estudantil, articulada às demais políticas educacionais, constitui-se numa estratégia para assegurar a permanência dos estudantes nas instituições de ensino.

Retomando o que diz o entrevistado S4 “O PAEVS prá mim é uma política pública, que atende alunos em vulnerabilidade social, ele é destinado para que haja permanência dos alunos [...] uma vez que estamos numa realidade muito complexa, muito desigual, de extrema pobreza”. Ao fazer este apontamento, o entrevistado situa o Programa num contexto de pobreza e desigualdade, onde está localizado o Instituto Federal, câmpus Lages.

Esse olhar crítico sobre a realidade, por parte de gestores e servidores, principalmente daqueles que atuam no desenvolvimento do Programa é muito significativo em razão de que, como dito na introdução do texto, além da aplicação do critério da meritocracia para elegibilidade nos programas estudantis, há profissionais que fazem questionamentos acerca da concessão de auxílios financeiros feitos ao estudante sem a exigência de condicionalidades.

Logo, a atuação desses profissionais baseando-se nos valores da inclusão e justiça social, do direito, da cidadania e da dignidade humana, concorre para o melhor atendimento aos estudantes.

Nesse sentido, as instituições devem colaborar na democratização do acesso e das condições de permanência adequadas aos estudantes no que se refere à sua condição socioeconômica (Boneti e Rado, 2009).

Lembramos que a expansão do acesso nas instituições federais nos últimos anos permitiu que jovens em condições socioeconômicas desfavoráveis ingressassem no campus Lages. São pessoas da periferia de Lages e dos municípios do entorno, bem como de outros estados do Brasil, que ingressam por meio de reservas de vagas²³ do Sistema de Seleção Unificada (SISU). No entanto vale ressaltar, referenciando Nascimento (2013), que uma efetiva democratização do acesso ao ensino superior implica na consolidação de ações e programas voltados para permanência dos estudantes no sistema universitário de ensino, principalmente, aqueles que são provenientes de camadas socioeconômicas mais populares. E a assistência estudantil tem se revelado, ao longo do tempo, como um modo de garantir esta permanência no ensino superior.

Desse modo, além das políticas de expansão do acesso adotadas pelo governo a partir de 2003, é preciso dar sustentação à natureza inclusiva, democrática e emancipatória prevista nos planos de expansão, por meio de ações afirmativas e políticas públicas educacionais de qualidade.

Prosseguimos o texto analisando a segunda categoria que trata das percepções dos servidores sobre o PAEVS no câmpus Lages do IFSC.

6.2.2 “Eu acredito que é um Programa que precisa se transformar em Política de Estado”.

O título acima aponta para a necessidade de o Programa de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social transformar-se em Política de Estado. Os autores Boneti e Rado (2009) salientam que, para compreender o perfil de uma ação do Estado ideal para a promoção do acesso à educação pela população em condições de vulnerabilidade social, não se pode partir do pressuposto do direito, porque o simples direito não faz acontecer

²³ São três os grupos para os quais há reserva de vagas: Alunos de escola pública (estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas), Pessoas de baixa renda (estudantes com renda familiar bruta mensal per capita de até um salário mínimo e meio) e Ações afirmativas (estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas). Disponível em: <https://sisu.mec.gov.br/#/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

uma política pública. É necessário, pois, ter uma noção ampliada sobre políticas públicas, derivada de uma construção social.

Boneti (2006, p. 74), analisa as políticas públicas na organização social e política da sociedade enquanto:

uma ação que nasce do contexto social, mas que passa pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública numa realidade social, quer seja para fazer investimentos ou uma mera regulamentação administrativa. Entende-se por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelecem no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que provocam o direcionamento (e/ou o redirecionamento) dos rumos de ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou de investimentos. Nesse caso, pode-se dizer que o Estado se apresenta apenas como um agente repassador à sociedade civil das decisões saídas do âmbito da **correlação de força travada entre os agentes do poder** (BONETI, 2006, p.74, grifos nossos).

Portanto, a participação da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais é imprescindível para a definição das políticas públicas em interrelação com o Estado, uma vez que, conforme afirma o autor, essas políticas são o resultado da dinâmica das relações de poder, ou seja, ocorrem num ambiente de correlação de forças.

Nesta perspectiva, torna-se imperativo mencionarmos nesta análise, mesmo que de forma breve, o ato do governo federal atual (2019 – 2022) ter reduzido a participação da sociedade civil na elaboração das políticas públicas, com a extinção de centenas de conselhos federais, que tinham como função monitorar as ações de órgãos públicos e estatais, reduzindo drasticamente os espaços de participação e de controle social.

Ao discutir sobre as políticas educacionais na atualidade, Oliveira (2011) traz as seguintes definições sobre política de governo e política de Estado: políticas de governo são aquelas que o Executivo decide num processo elementar de formulação e implementação de determinadas medidas e programas, buscando atender às demandas da agenda política interna, mesmo que envolvam escolhas complexas. Já as políticas de Estado são aquelas que envolvem mais de uma agência do Estado, passando pelo Parlamento ou por diferentes áreas de discussão, resultando em mudanças de normas ou disposições preexistentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade.

Para Oliveira (idem), os constituintes (CF/88) optaram por mecanismos de participação popular que levaram à descentralização de poder e de recursos. Essa descentralização foi apresentada como a alternativa de gestão das políticas públicas e sociais, ampliando o número de atores políticos. Para a autora, o conjunto de reformas implantadas na

educação brasileira, no governo FHC (sic), cuja grande marca foi a descentralização administrativa, financeira e pedagógica, resultou em significativo repasse de responsabilidades para o nível local, por meio da transferência de ações. “Essas mudanças foram determinantes de novas relações entre as diferentes esferas administrativas na matéria educacional, especialmente entre União e municípios” (OLIVEIRA, 2011, p.327).

Continua a autora afirmando que o contexto de reformas instaurado nos anos de 1990, legitimado pela crise da escola, somado ao modelo de gestão implantado a partir dessas reformas – maior flexibilidade, descentralização e desregulamentação –, colaborou para a dispersão de modelos de organização escolar e de descontinuidades de políticas nos âmbitos estaduais e municipais; mais uma vez as políticas eram de governo e não de Estado. Os riscos dessa dispersão são justamente a intensificação do quadro de fragmentação a que se assiste na educação básica brasileira.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) situa-se neste campo de discussão. Foi instituído pela Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007 e passou a vigorar nas universidades e institutos federais a partir de 2008. Em 2010, através do Decreto nº 7.234, foi transformado em política de governo. Este Decreto encontra-se em vigor até os dias atuais. Tendo em vista a relevância que a política de assistência estudantil possui para as classes vulneráveis, há que destacarmos a necessidade de elevar o PNAES ao status de política de Estado, materializado numa Lei Federal. Ainda mais nestes tempos em que assistimos, no Brasil, a ações de contrarreformas, cortes orçamentários, dentre outros retrocessos nas políticas educacionais, conforme os preceitos neoliberais.

Portanto, essa é uma pauta que deve prosseguir no processo de articulação e de luta da política de assistência estudantil com a comunidade acadêmica, movimentos estudantis, Fóruns Estudantis e outros movimentos organizados.

Com base nessas afirmações, podemos conceber as políticas de governo como ações fragmentadas e temporárias, assistenciais e compensatórias, sem definição de instâncias de controle social. Por outro lado, as políticas de Estado possuem um caráter permanente, sistêmico, cooperativo, coeso e integrado com os entes federativos e com a sociedade, de modo que a organização da educação nacional tenha estabilidade, gerando segurança e bem estar para todos os cidadãos que compõem a nação.

Por fim, daremos continuidade à análise discutindo a terceira categoria que trata da percepção dos servidores acerca do PAEVS.

6.2.3 “Nós iríamos perder, e muito, a nossa capacidade de inclusão”.

Nos referenciais teóricos assinalamos o compromisso do IFSC com a promoção da inclusão por meio da educação profissional e referenciamos os objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil, dentre eles o de promover a inclusão social pela educação. Portanto, a expressão que dá o nome a este título está em conformidade com os princípios normativos da missão do IFSC e dos objetivos do PNAES.

Conforme já expusemos no desenvolvimento do presente texto e podemos confirmar no quadro 2, o perfil dos estudantes entrevistados é de um público vulnerável, de baixa renda, de moradia alugada ou cedida, inscritos no Cadastro Único, o que mostra a condição de pobreza em que vivem. São indivíduos que são excluídos de direitos essenciais a seu desenvolvimento e à sua dignidade humana.

Buscaremos analisar a inclusão/exclusão como conceitos que estão em função da lógica capitalista, uma vez que a concentração de renda pela classe capitalista burguesa agrava e aprofunda a desigualdade social acarretando o empobrecimento e a situação de vulnerabilidade de grandes contingentes populacionais.

Para Faleiros (2006) a temática da exclusão está intrinsecamente vinculada à questão da inclusão, ou seja, são duas faces da mesma moeda: as relações sociais dominantes de desigualdade expressam-se nas políticas públicas. A inclusão política na esfera do direito não corrige em si mesmo a exclusão socioeconômica, visto que a relação entre elas se manifesta num movimento histórico diversificado. Na visão do autor, os processos de inclusão e exclusão desenvolvem-se numa correlação de forças, inserida na dinâmica da sociedade capitalista, onde a inclusão em direitos se constituiria numa proposta contrária aos princípios do neoliberalismo.

Na análise de Faleiros (2006), a desestruturação e a redução de direitos condicionam as relações econômicas e as referências de identidade. No Brasil, em muitas situações, a carteira de trabalho, para a Polícia, tem mais importância que a carteira de identidade. Na conjuntura mundial, é o cartão de crédito que parece valer. A inclusão pelo consumo ostenta uma suposta identidade de crédito no mercado, mas novos mecanismos de “proteção ao crédito” vêm controlar as informações e a garantia desse mesmo crédito, para proteger o lucro. Desse modo, “a inclusão e a exclusão se referem às dinâmicas de expulsão ou de inserção nas esferas socialmente reconhecidas” (FALEIROS, 2006, n. p).

Faleiros (2006) referencia que a inclusão/exclusão pode se referir a maior ou menor dependência de outrem ou de instituições públicas, aos rendimentos, à qualificação ou

desqualificação social, à presença ou ausência de bens materiais, dentre outros aspectos. Podemos acrescentar ainda a questão do pertencimento social, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), a cultura, enfim, há muitas formas de inclusão/exclusão. Nesta perspectiva,

A exclusão é um impedimento, uma barreira, uma fronteira elaborada socialmente em relações de poder, que dividem os grupos, de forma a estabelecer hiatos tanto nas condições objetivas de vida ou de meios de vida como na percepção de si mesmo como sujeito historicamente situado, numa sociedade e num determinado Estado em se que pactuam direitos e se compactuam com exclusões (FALEIROS, idem).

Considerando a importância de se ter uma visão da totalidade, adotamos em nossa análise uma perspectiva mais complexa sobre inclusão/exclusão, ou seja, estes conceitos integram uma problemática maior, qual seja a desigualdade social, constitutiva do capitalismo. Neste mesmo raciocínio, Costa (2005) refere que devemos olhar para a exclusão como um fenômeno complexo e heterogêneo, cujas causas estruturais e intermediárias são, simultaneamente, econômicas, sociais, culturais, patológicas, ou autodestrutivas. A pobreza, porém, é a forma de exclusão mais generalizada.

Faleiros (2006) traz um conceito de exclusão, - sobre o qual já mencionamos, neste tópico, diferentes aspectos -, tratando-o como expressão da desigualdade e situando-o numa dimensão mais complexa. Para ele,

A exclusão é definida, neste contexto, como negação da cidadania, da garantia e efetividade de direitos civis, políticos e sociais, ambientais e da equidade de gênero, raça, etnia e território. A exclusão é um processo dialético e histórico, decorrente da exploração e da dominação, com vantagens para uns e desvantagens para outros, estruturante da vida das pessoas e coletividades, diversificada, relacional, multidimensional, e com impactos de disparidade, desigualdade, distanciamento, inferiorização, perda de laços sociais, políticos e familiares, com desqualificação, sofrimento, inacessibilidade a serviços, insustentabilidade e insegurança quanto ao futuro, carência e carenciamentos quanto às necessidades, com invisibilidade social, configurando um distanciamento da vida digna, da identidade desejada e da justiça. O processo de inclusão/exclusão se inscreve em relações complexas que vamos dimensionar como formas de afirmação/negação do sujeito seja nas condições do mercado capitalista, na auto-significação das condições pessoais, nas relações/condições de vida, na relação ao Estado de direitos. A exclusão é uma expressão direta da desigualdade social, econômica, política, cultural e simbólica, desigualdade estruturada e estruturante (FALEIROS, 2006, n. p).

O autor apresenta a desigualdade como condição de existência do capitalismo, numa relação de exploração de uns sobre outros, de concentração de poder, riqueza, ativos, capitais culturais, simbólicos, políticos, reconhecimentos, etc. Nessa relação contraditória, de conflitos, uns poucos são beneficiados em prejuízo de muitos e as posições resultantes da

estrutura de desigualdade se combinam tornando a vida dos detentores de forças dominantes mais fácil e privilegiada.

Na concepção de Robert Castel (2006, apud Boneti 2006), os excluídos “[...] são mais precisamente coleções de indivíduos separados de seus pertencimentos coletivos, entregues a si próprios, e que acumulam a maior parte das desvantagens sociais: pobreza, falta de trabalho, sociabilidade restrita, condições precárias de moradia, grande exposição a todos os riscos de existência, etc. Para Boneti (2006) a noção de exclusão social está ligada a uma problemática social.

Na obra *Vidas Desperdiçadas*, Bauman (2005) descreve os excluídos como os descartáveis. Ele classifica os indivíduos incapazes de serem incorporados ao sistema produtivo, que estão fora da sociedade de produtores e/ou da sociedade de consumidores como “refugo humano”. Para o autor, a modernidade, a modernização e a globalização são as três “linhas de produção” de refugo humano. Ao afirmar que “o planeta está cheio”, Bauman (2005) não faz uma referência física ou geográfica, mas sociológica e política: trata-se do espaço social, das formas e meios de subsistência dos habitantes do Planeta. Assim,

A produção de “refugo humano”, ou, mais propriamente, de seres humanos refugados (os “excessivos” e “redundantes”, ou seja, os que não puderam ou não quiseram ser reconhecidos ou obter permissão para ficar), é um produto inevitável da modernização, e um acompanhante inseparável da modernidade. É um inescapável efeito colateral da *construção da ordem* (cada ordem define algumas parcelas da população como “deslocadas”, “inaptas” ou “indesejáveis”) e do *progresso econômico* (que não pode ocorrer sem degradar e desvalorizar os modos anteriormente efetivos de “ganhar a vida” e que, portanto, não consegue senão privar seus praticantes dos meios de subsistência).

Apoiando-nos nas colocações do autor, podemos afirmar que já não existe mais espaço para depositar os dejetos humanos, os seres marginalizados produzidos pela sociedade de consumo. Na lógica da globalização, se a pessoa não produz ou não consome, torna-se refugo, inútil, descartável. Nesta condição, vivem grandes contingentes populacionais, destituídos de meios de sobrevivência, sem dignidade, sem espaço, excluídos da educação, da terra, da cidade, da cultura, excluídos dos direitos sociais, excluídos da sociedade. Essas considerações provocam-nos a lançar um olhar mais crítico e reflexivo sobre os rumos da humanidade e a realidade em que vivemos.

Essas considerações feitas pelos autores refletem nas narrativas dos entrevistados, quando interrogados sobre a hipótese da não existência do PAEVS, se haveria alguma desvantagem para o IFSC e os beneficiários do Programa.

Eu acho que nós iríamos perder, e muito, a nossa capacidade de inclusão. Nós perderíamos com certeza nossa inclusão, porque é onde o programa nos ajuda a atender pessoas que sem ele não tem condições de estar aqui ou teria uma condição muito difícil [...] (S1)

Sim, muita. Nós teríamos muita evasão, significativa por vários motivos, já temos o IDH muito prejudicado [...] os alunos não poderiam só estudar, eles teriam que achar alguma fonte de renda prá contribuir com a família e até com o próprio sustento, sem o PAEVS os números de evasão seriam bem mais altos. Em outros tempos a gente fez uma análise dos alunos formados, teve alguns cursos que 80% dos alunos que concluíram o curso, que se formaram, recebiam o PAEVS e os outros nenhum dos cursos baixou de 50% então temos dados que comprovam isso. (S2)

No campus Lages seria trágico. Infelizmente né, a gente fala porque é a realidade do campus. É triste a questão da vulnerabilidade então, muitos alunos estão aqui porque existe o auxílio prá pagar um transporte, existe o auxílio prá alimentação, existe o auxílio pra alguma coisa [...] (S3)

Sim, toda. Total [...] Quando eu comecei a acompanhar e fazer o atendimento e o acolhimento do aluno, que eu ouvia o que o aluno tinha pra falar, eu fui inserida no contexto da realidade daquele aluno, aí a minha percepção mudou. [...] Quando você se coloca no lugar daquela pessoa, que você tem empatia, que você entende que estar aqui é uma forma de vida prá eles, da prá entender que o auxílio é muito mais do que um valor em dinheiro, é a cesta básica de alguém, é o remédio de um filho, a fralda. [...] Hoje eu tenho essa sensibilidade de poder falar sobre o auxílio financeiro e dizer que nós precisamos disso ainda, seria muito feliz se isso não precisasse e se existisse igualdade prá todos, a educação fosse um direito e isso está lá na Lei, na Constituição Federal, mas não é a realidade nesse contexto, eu vejo que sem o auxílio nós estaríamos a mercê. A instituição atende os desvalidos, essa é minha percepção. (S4)

Os entrevistados evidenciam a situação de vulnerabilidade social em que vivem os estudantes beneficiários do PAEVS (e não beneficiários também), o baixo Índice de Desenvolvimento Humano da Serra Catarinense, o contexto de desigualdade em que o câmpus está inserido, são aspectos que apresentamos no referencial teórico quando tratamos da questão social e mais precisamente do engendramento da questão social do território da Serra Catarinense.

Os entrevistados enfatizam a importância do Programa para a permanência dos estudantes afirmando que na hipótese de sua não existência o IFSC iria “perder a sua capacidade de inclusão”, expressão que dá nome ao título deste tópico. “[...] porque é onde o programa nos ajuda a atender pessoas que sem ele (o PAEVS) não tem condições de estar aqui”.

Quando o entrevistado afirma em seu depoimento “[...] Quando você se coloca no lugar daquela pessoa, que você tem empatia, que você entende que estar aqui é uma forma de

vida prá eles, da prá entender que o auxílio é muito mais do que um valor em dinheiro, é a cesta básica de alguém, é o remédio de um filho, a fralda,” reportamo-nos ao atendimento dos mínimos sociais e as medidas de proteção social que o Estado deveria implementar por meio das políticas sociais a esta população desassistida.

[...] muitos alunos estão aqui porque existe o auxílio prá pagar um transporte, existe o auxílio prá alimentação, existe o auxílio pra alguma coisa [...]

Para este entrevistado se não houvesse os auxílios do Programa muitos alunos não estariam estudando no IFSC, porque precisam dele (do PAEVS) para o deslocamento, para a alimentação e para outras necessidades. Portanto, o Programa lhes permite progredir nos estudos, sem precisar interrompê-los. Isso expressa sua capacidade de inclusão, uma vez que possibilita aos menos favorecidos o acesso e permanência na educação profissional e tecnológica.

Faleiros (2006) descreve a inclusão e a cidadania como processos complexos, históricos, diversificados, de redução da desigualdade, de afirmação da identidade, da segurança, do trabalho, da efetivação dos direitos, da criação de oportunidades, da formação de conhecimentos, competências e habilidades, do fortalecimento dos laços sociais, do respeito, da vida digna, de justiça, do empoderamento, do acesso a ativos e à renda, do respeito à diversidade, à cultura e à vida social e comunitária. Nessa mesma perspectiva de análise, continua o autor:

A metodologia de estudo da cidadania, da inclusão e da exclusão deve enumerá-los e assinalar os “mas”, as condicionalidades, as restrições, os limites, as temporalidades, assim como as ações afirmativas que favoreçam a baixa renda, as zonas degradadas, as periferias, os segmentos mais excluídos. A universalização dos direitos e oportunidades, muitas vezes, deixa de lado as condições de acesso aos mesmos. São estas condições que precisam ser mudadas para se interferir na mobilidade social. O status de cidadania real implica a combinação das oportunidades com os desejos, possibilidades e dispositivos de garantias.. As barreiras vão se diversificando, exigindo-se novas pactuações de inclusão social com o pressuposto da cidadania e da garantia da cidadania na normatização de direitos num Estado de Direitos, democraticamente construído (FALEIROS, 2006, n. p).

Podemos inferir deste pensamento de Faleiros (2006) que os conceitos de inclusão e cidadania estão profundamente correlacionados, considerando que a cidadania tem como pressuposto a participação nas instâncias de decisões e a garantia de direitos, materializados nas condições de uma vida digna.

Em relação à inclusão social, Boneti (2006) traz uma perspectiva um pouco diferente das expostas acima. Na sua concepção, a utilização da noção de inclusão social é

inconveniente, em razão de diferentes fatores, tais como: além de guardar consigo o significado original da exclusão, trata-se de uma positivação em relação a uma problemática social, a da exclusão. Outra razão pela qual não é adequado seu uso é

o sentido atribuído a esta ideia, tanto na academia quanto pelas chamadas políticas públicas de inclusão, é de uma ação compensatória, sugerindo ser “normal” a desigualdade e a pobreza. Sugere a idéia da existência de um único projeto social, o da classe dominante, e esta classe guarda consigo o direito do controle do acesso aos bens sociais, aos serviços, ao conhecimento socialmente produzido, etc (BONETI, 2006, p. 204).

Conforme o referido autor, o conceito de inclusão carrega consigo a herança teórica e metodológica utilizada para a sua formulação, o da dicotomização do *dentro* e do *fora* e a Sociologia política, em seu viés conservador, associa a ideia de inclusão à cidadania, como condição de estar incluída no “contrato” social e, deste modo, usufruir de direitos. Para ele, essas duas situações fazem com que o termo “inclusão assumam uma significação da existência de um único projeto político de sociedade, o da classe dominante, reservando-se a esta o monopólio do controle do acesso aos serviços públicos, aos bens sociais, aos saberes, aos conhecimentos tecnológicos, à cultura, etc” (BONETI, 2006, p. 192).

Com base nesses referenciais, podemos afirmar que inclusão e exclusão são conceitos interligados que integram uma temática maior, a desigualdade social, resultante dos modos de produção da sociedade de classes, a sociedade burguesa capitalista.

No que diz respeito aos efeitos do PAEVS na percepção dos servidores constatamos que, apesar dos limites, os mesmos concebem o Programa como uma política afirmativa de permanência para os estudantes do câmpus Lages, uma vez que possibilita às classes desfavorecidas não só o acesso, mas a permanência na educação profissional e tecnológica.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este trabalho retomamos o objetivo geral orientador dessa investigação: Compreender os efeitos de uma política de Assistência Estudantil, na perspectiva da garantia do acesso e permanência, desenvolvida pelo Programa de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social no IFSC câmpus Lages, na percepção dos beneficiários e servidores.

Para tanto se fez necessário identificar as fontes e normativas de implementação da Política de Assistência Estudantil no IFSC; identificar o perfil socioeconômico dos sujeitos entrevistados considerando alguns aspectos como renda per capita e condições de moradia, dentre outros e; analisar as percepções dos beneficiários e dos servidores que operacionalizam o PAEVS no câmpus Lages, acerca de seus efeitos. Neste percurso de análise foi indispensável abordar outros aspectos que interferem diretamente no contexto onde o objeto de estudo e seu campo empírico estão inseridos.

Ao logo desta investigação nos aproximamos e exploramos conceitos fundamentais para a compreensão do contexto social do qual a Política de Assistência Estudantil faz parte, apresentando a origem e o desenvolvimento da questão social e um de seus corolários, a situação de vulnerabilidade social em que vivem grandes contingentes de pessoas. Tratamos dos efeitos da desigualdade social, resultante dos modos de produção da sociedade capitalista burguesa. Também apresentamos o processo de expansão da Rede Federal e Tecnológica, trazendo elementos da criação do Instituto Federal de Santa Catarina e a implementação do câmpus Lages.

Recordamos a trajetória da política de assistência estudantil no Brasil, sua história, sua regulamentação e o envolvimento dos movimentos sociais e estudantis na defesa desta política, abordando o Programa Nacional de Assistência Estudantil e a regulamentação do Programa de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social, cujos objetivos consistem em garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFEs, na perspectiva da inclusão social.

As descobertas alcançadas forneceram importantes indicativos acerca das percepções que os beneficiários do PAEVS e os servidores que o desenvolvem possuem a respeito do mesmo, na perspectiva da garantia do acesso e da permanência.

Inicialmente apresentamos o perfil socioeconômico dos beneficiários sujeitos participantes da pesquisa. São estudantes de baixa renda, provenientes da periferia da cidade de Lages e da região e de outros estados do Brasil. Em seguida foi possível perceber que tanto os beneficiários quanto os servidores expressam uma compreensão mais ampliada do PAEVS,

concebendo-o como uma política pública cujo fundamento é o direito à educação, um direito de cidadania, transcendendo o senso comum que compreende ser “um favor do governo” ou uma benesse. Até mesmo ultrapassando a concepção de agentes e poderes econômicos que se utilizam do Estado liberal para executar políticas compensatórias e eleitoreiras.

A respeito da concepção do Programa, merece destaque a avaliação positiva que os entrevistados atribuem ao mesmo. Para eles, o PAEVS é um importante instrumento de inclusão social, uma política que garante aos estudantes das classes desfavorecidas a permanência na instituição e a chance de concluir os cursos.

Os relatos dos estudantes evidenciam que, apesar das deficiências, as ações do Programa de Assistência Estudantil oferecem os recursos materiais para sua sobrevivência mínima. Assim, consideram a assistência estudantil uma política indispensável para sua permanência, para eles é a forma que têm de permanecerem e concluírem o curso.

Outro aspecto que chama a atenção é que os recursos do PAEVS são utilizados para o atendimento das necessidades básicas do dia a dia, como alimentação, aluguel, luz, dentre outros. O PAEVS garante, assim, para esses estudantes em situação de vulnerabilidade, os meios de subsistência.

Outro ponto que merece destaque é o reconhecimento/afirmação de que na hipótese do não recebimento dos auxílios, os beneficiários entrevistados não teriam outra opção a não ser a desistência do curso, dadas as condições de carência econômica em que vivem estes estudantes.

Quanto aos servidores, sua percepção converge com a dos entrevistados. Para eles, o PAEVS é uma política afirmativa de permanência, condição fundamental para a efetivação do direito à educação superior. Eles reforçam a necessidade de ampliação de recursos para atender aos estudantes que ainda não são atendidos por falta de recursos. Para isso ratificam a necessidade da política de Assistência Estudantil ser transformada em política de Estado para que suas ações tenham caráter integrado e coeso. Os servidores ressaltam ainda a capacidade de inclusão que o Programa representa para os estudantes das classes economicamente menos favorecidas.

Nos últimos anos, sobretudo a partir do ano de 2005, as políticas de democratização do acesso ao ensino superior, principalmente através do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades e das Políticas de Ações Afirmativas, permitiram o ingresso de estudantes dos grupos sociais excluídos nas instituições públicas de ensino. No entanto, para que o direito a educação de qualidade se concretize é necessário uma política de Assistência Estudantil que ofereça as condições necessárias para que os estudantes possam permanecer e concluir sua

formação. Portanto, a luta pela ampliação do acesso ao ensino público deve estar associada à luta por ações que garantam a permanência desses estudantes, uma vez que esta expansão ampliou o contingente de estudantes que necessitam de assistência estudantil. Pois a democratização do acesso à educação pública passa pela Assistência Estudantil que, enquanto direito social, e pelo que podemos confirmar nos relatos, constitui-se numa estratégia de redução das desigualdades sociais tão presentes na sociedade brasileira, desde a sua formação.

Considerando que a expansão do acesso à educação pública permitiu que um expressivo número de jovens de baixa renda ingressasse nas IFEs, tornou-se de grande relevância a discussão da temática da Assistência Estudantil. Por fim, saudamos o PAEVS, para além de uma política compensatória e de inclusão social, compreendendo-o como uma política que se agrega a outras políticas sociais, econômicas, políticas e culturais forjadoras de uma cidadania cimentada na autonomia e emancipação de sujeitos sociais e políticos.

Por essa razão este estudo não se finaliza aqui, entendemos ser necessário continuar analisando e discutindo as políticas educacionais que estão em curso no país, com vistas à mobilização para a garantia deste direito social. Relevante, outrossim, o aprofundamento da discussão sobre a relação entre as variáveis que compõe o perfil dos estudantes entrevistados, a compreensão e procedimentos dos servidores nos IFEs diante desta política.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. M. A A assistência estudantil no âmbito da política de ensino superior pública. **Serviço Social em Revista**, Londrina, PR, v. 5, n. 1, jul./dez. 2002. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v5n1_Jo.htm. Acesso em 06 jul. 2019.
- BANDEIRA, L. **Questão Social**. In: Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social: 81 problemáticas contemporâneas. IVO, A. B. L. et al. (Orgs.). São Paulo: Annablume, 2013.
- BARDIN, L. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. **Análise de conteúdo**. Edições 70, São Paulo, 2016.
- BAUMAN, Z. **A riqueza de poucos beneficia todos nós?** Tradução: Renato Aguiar. – 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.
- BENEVIDES, M.V. A questão social no Brasil: os direitos econômicos e sociais como direitos fundamentais. **Videtur Letras**, La Habana, n. 3, p. 7-14, 2001. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/mariavictoria/benevides_questao_br_dhesc.pdf. Acesso em: 24. jun. 2020.
- BONETI, L. W. **Jovem pobre, pobre jovem: a condição de acesso ao ensino superior no Brasil**. In: Nair Teles; Wanda do Espírito Santo (Org.). Um olhar sobre o jovem brasileiro. 01 ed. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fundação Oswaldo Cruz, 2009, v. 01, p. 107-118.
- _____. Exclusão e Inclusão Social: teoria e método. **Revista Contexto & Educação**, v. 21, n. 75, p. 187-206. Jan./Jun. 2006.
- _____. O debate sobre as desigualdades e diferenças sociais na educação no Brasil: significados e contradições. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 31, n. 1, p. 261-282, abr. 2013.
- _____. **Sociologia da Educação no Brasil: do debate clássico ao contemporâneo**. 1ª. ed. Curitiba: PUCPRESS, 2018.
- BONETI, L. W; LAMÓGLIA, F.B. O preceito da cidadania nas políticas públicas educacionais no Brasil. Perspectivas em diálogo. **Revista de educação e sociedade, Naviraí**, v. 5, n. 10, p. 57-79, jul.- dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/7155> Acesso em: 26. Jun. 2020
- BONETI, L. W.; GISI, M. L.; FILIPAK, S. T. Do direito à Educação Superior ao desafio do acesso para todos. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 13, n. 39, p. 521-540, maio/ago. 2013.
- BONETI, L. W; RADO, S. C. A Juventude em Condições e Vulnerabilidade Social e as Políticas de Acesso à Educação. In: IX Congresso Nacional de Educação, 2009, Curitiba. **Anais**. p. 3607 – 3618. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3032_1578.pdf. Acesso em 13 dez. 2020.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. Lei 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8948.htm> Acesso em: 20 out.2018.

_____. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 de dez. 2008, Seção 1, p. 1.

_____. Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 01 nov.2018.

_____. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria as Escolas de Aprendizizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acesso em: 25 out. 2018.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 07 jul.2019.

_____. Resolução n. 28/CS de 31 de agosto de 2009. Aprova o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações técnicas sobre o PAIF: serviço de proteção e atendimento integral à família – PAIF, segundo a tipificação nacional de serviços socioassistenciais. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior 2013. Brasília, 2014a.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014. Brasília, 2014b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192. Acesso em: 19 jun. 2020.

_____. Ministério da Educação . Portal da Rede Federal, 2016. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/historico>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

BRITTO, L.P. L et al. **Conhecimento e formação nas IES periféricas: perfil do aluno “novo” da educação superior**. Avaliação, v. 13, n. 3, p. 777-791, 2008.

CARVALHO, R.; IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, 41 ed., Cortez, 2014.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CONIF. Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal Científica e Tecnológica. **Institutos Federais: 5 anos de singulares Territórios de Esperanças**. Brasília. 2013.

COSTA, L. **O Continente das Lagens: sua história e influência no Sertão da Terra Firme**. Florianópolis, SC: Fundação Catarinense de Cultura. v. 3, 1982.

COSTA, L. C. **Classe Média e as Desigualdades Sociais no Brasil**. In: BARTELT, D. D. (org.) **A Nova Classe Média no Brasil como Conceito e Projeto Político**. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll, 2013.

COSTA, A. B. **Exclusões sociais**. 5 ed. Lisboa: Gradiva, 2005.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS ECONÔMICOS. Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. 2020. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2020/202009cestabasica.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2020.

DUTRA, N.G.R; SANTOS, M.F.S. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Revista Ensaio**, v.25, p.148-181, 2017.

FALEIROS, V. **Inclusão social e cidadania**. Palestra proferida na ICSW32, em Brasília, em 17 de Julho de 2006. Disponível em: https://www.icsw.org/images/docs/Events/2006_Brazil/17_07_PDF/vicente_faleiros.pdf. Acesso em: 14 dez. 2020.

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS.FECAM. Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável. Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://indicadores.fecam.org.br/banco-indicadores/index/ano/2020>. Acesso em: 20 set.2020.

FEITOZA, P.R.S. O conceito de conscientização em Paulo Freire como norte metodológico para as assessorias jurídicas universitárias populares. **Revista Direito & Sensibilidade**, Brasília, v. 1, n. 1, p 120-132, 2011.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Ensaios de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FONAPRACE: **Revista Comemorativa 25 Anos** : histórias, memórias e múltiplos olhares / Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação, ANDIFES. – UFU, PROEX : 2012.

FRAGA, C. K. **A atitude investigativa no trabalho do assistente social**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 101, p. 40-64, jan./mar. 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 60.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

_____. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Centauro, 2001.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org.) **Metodologia da pesquisa educacional**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GENTILI, P. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. In: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 109, pág. 1059-1079, dezembro de 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302009000400007&lng=en&nrm=iso Acesso em: 22 dez. 2020.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOVERNO de Santa Catarina. **Plano de Desenvolvimento de Santa Catarina 2030**. Florianópolis, 2018. Disponível em: < <http://www.spg.sc.gov.br/acoes/45-plano-catarinense-de-desenvolvimento>> Acesso em: 15 abr.2019.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HERINGER, R. R. **Dez anos de ação afirmativa: mapas, balanço, aprendizados**. Cadernos do GEA: Ações Afirmativas e Inclusão: um balanço, Rio de Janeiro, p. 5 - 8, nov. 2012.

IAMAMOTO, M. A Questão Social no Capitalismo. **Temporalis**. Associação Brasileira de Pesquisa em Serviço Social. Ano. 2, n.3 (jan/jul). Brasília, ABEPSS, Grafile, 2001. p.09-32

_____. O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais. **SER social**, Brasília, v.15, n. 33, p261-384, jul. / dez. 2013. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/FaPa1Oy8kQ65voJ4T345.pdf>. Acesso em: 07. set. 2020.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez, 1998.

IMPERATORI, T.K. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.129, op.285-303, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n129/0101-6628-ssoc-129-0285.pdf> Acesso em: 17.maio.2019.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**; tradução Célia Neves e Alderico Toribio. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LOCKS, G. A. Uma análise antropológica da formação social e do desenvolvimento socioeconômico da Lages e da Serra Catarinense. In: YAMAGUCHY, C. K; TURRA, N.C;

STRASSER, A.T.B. **Visão Contemporânea e Sustentável da Serra Catarinense**. Lages, Ed. Uniplac, 2016.

MAGALHÃES, R.P. **Assistência Estudantil e o seu papel na Permanência dos Estudantes de Graduação**: a experiência da UFRJ. Dissertação de Mestrado. PPGSS do Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC- Rio, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/23271/23271.PDF> acesso em: 22 dez. 2020.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processo**. Porto Alegre, Artmed, 2004.

MARANDOLA JR; HOGAN, D. J. **As Dimensões da Vulnerabilidade**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 33-43, jan/mar 2006.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **A ideologia alemã**: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **O Capital**, Tomo I, Vol. 2, São Paulo, Nova Cultural, 1985.

_____. **O manifesto comunista**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MONTEIRO, S. R. R. **O marco conceitual da vulnerabilidade social**. Sociedade em Debate, Pelotas, 17(2): 29-40, jul.-dez./2011.

NASCIMENTO, C. M. **Assistência estudantil e contrarreforma universitária nos anos 2000**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco. Pernambuco, Brasil, 2013.

_____. **SER Social**. v. 14, Brasília, n. 30, 2012.

NERY, V. **O trabalho de Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social**: Saberes e Direitos em questão. Tese de Doutorado em pós- graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 3ª edição ampliada. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, D.A. Das Políticas de Governo à Política de Estado: Reflexões Sobre a Atual Agenda Educacional Brasileira **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr.-jun. 2011 Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/es/v32n115/v32n115a05.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2020.

PACHECO, E. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Natal: IFRN, 2010.

PEIXER, Z. I. **A cidade e seus tempos: o processo de constituição do espaço urbano em Lages**. Santa Catarina: Ed.UNIPLAC, 2002.

PEREIRA-PEREIRA, P. A; STEIN, R.H. **Política social: universalidade versus focalização. Um olhar sobre a América latina**. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti. (orgs). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

PLANO de Desenvolvimento Institucional do IFSC – **PDI 2015 – 2019**. Disponível em: <<https://pdi.ifsc.edu.br/>>. Acesso em 20 out.2018.

REGO, T. C. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

RESOLUÇÃO CONSUP 20/2017. Aprova o Regimento Interno do Campus Lages. Disponível em: https://regimentos.ifsc.edu.br/files/2015/04/Resolu%C3%A7%C3%A3o-Consup-20_2017.pdf Acesso em: 13 jul.2019.

RESOLUÇÃO CEPE 001/2010. Regulamenta a Assistência Estudantil no IFSC. Disponível em: http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/CEPE2014/resolucao_001_2001_assistencia.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.

RESOLUÇÃO CONSUP 46/2014. Regulamenta o Programa de Segurança Alimentar do Estudante. Disponível em: http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/consup_resolucao46_2014_aprova_psae.pdf. Acesso em: 15 jun. 2019.

RESOLUÇÃO CONSUP Nº 41/2017. Regulamenta o Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS), no IFSC. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/documents/175813/866662/Resolu%C3%A7%C3%A3o+PAEVS+atual/32e3ea30-9650-c966-6c56-b3d4a3c5a2d8>. Acesso em: 10 dez.2020.

RESOLUÇÃO CONSUP 42/2017. Regulamenta o Índice de Vulnerabilidade Social – IVS, no IFSC. Disponível em: https://www.ifsc.edu.br/documents/175813/881763/consup_resolucao42_2017_aprova_criterios_IVS.pdf/7dfbc1e6-aa30-23e0-8de6-2f6fa50b1f5. Acesso em: 20 maio. 2019.

ROSANVALLON, Pierre. **A nova questão social**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SAVIANI, D. Democracia, educação e emancipação humana: desafios do atual momento brasileiro. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, vol. 21, n. 3, set./dez. 2017, p. 653-662.

SOUZA, J. **A Invisibilidade da Luta de Classes ou a Cegueira do Economicismo**. In: BARTELT, D. D. (org.) **A Nova Classe Média no Brasil como Conceito e Projeto Político**. – Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll, 2013. Disponível em: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_babel/textos/jesse-invisibilidade.pdf. Acesso em: 20 dez. 2020.

SOUZA, J.A **elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 77-116.

SPOSATI, A. Mínimos Sociais e Seguridade Social: Uma Revolução da Consciência da Cidadania. **Intervenção Social**. ISSN 0874-1611, Nº. 17-18, 1998 , pp. 197-225. Disponível em: <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/is/article/view/967/1087>. Acesso em: 10 nov. 2020.

TELLES, V. S. **Questão Social: afinal do que se trata?** São Paulo em Perspectiva, vol. 10, n. 4, out-dez/1996.

TRIVIÑOS, A. N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2013.

VALLE, I.R; RUSCHEL, E. A meritocracia na política educacional brasileira (1930-2000). **Revista Portuguesa de Educação**, Porto: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, v. 22, n. 1, p. 179-206, 2009.

VASCONCELOS, N. **Programa Nacional de Assistência Estudantil**: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. *Revista da Católica*, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Resolução 466/2012 CNS/CONEP)

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado “ IFSC LAGES: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES EM VULNERABILIDADE SOCIAL (PAEVS). O objetivo deste trabalho é analisar o Programa de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social no IFSC – câmpus Lages e seus efeitos juntos aos beneficiários e servidores. Para realizar o estudo será necessário que se disponibilize a participar de uma entrevista semiestruturada, com perguntas abertas e fechadas previamente agendadas com a sua conveniência. Para a instituição e para sociedade, esta pesquisa servirá como parâmetro para avaliar a Política Pública de Assistência Estudantil por meio do Programa de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social no IFSC – câmpus. **De acordo com a resolução 466/2012** “Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados”. A sua participação terá risco mínimo, podendo ocorrer constrangimentos, e se estes ocorrerem serão solucionados/minimizados por meio de atendimento na Clínica de Psicologia da Uniplac, de forma gratuita. O encaminhamento ao serviço mencionado será feito pela pesquisadora. Em virtude das informações coletadas serem utilizadas unicamente com fins científicos, sendo garantidos o total sigilo e confidencialidade, através da assinatura deste termo, o qual receberá uma cópia.

Os benefícios da pesquisa será levantar elementos significativos que demonstrem a percepção dos educandos sobre o Programa de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social do IFSC. Com isso, espera-se verificar a relevância do referido Programa para a Instituição, de modo a buscar seu aperfeiçoamento.

Você terá o direito e a liberdade de negar-se a participar desta pesquisa total ou parcialmente ou dela retirar-se a qualquer momento, sem que isto lhe traga qualquer prejuízo com relação ao seu atendimento nesta instituição, de acordo com a Resolução CNS nº466/12 e complementares.

Para qualquer esclarecimento no decorrer da sua participação, estarei disponível através dos telefones: (47) 9 91765253 ou (49) 3221 4272 ou pelo endereço eletrônico eliane.costa@uniplaclages.edu.br. Se necessário também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Planalto Catarinense UNIPLAC, Av. Castelo Branco, 170, bloco 1, sala 1226, Lages SC, (49) 32511086, email: cep@uniplaclages.edu.br. Desde já agradecemos!

Eu _____ (nome por extenso e CPF) declaro que após ter sido esclarecido (a) pelo(a) pesquisador(a), lido o presente termo, e entendido tudo o que me foi explicado, concordo em participar da Pesquisa.

(nome e assinatura do sujeito da pesquisa e/ou responsável legal)

Lages, ____ de _____ de _____

Responsável pelo projeto: Eliane Correa Costa
Endereço para contato: Célio Ribeiro da Silva, 60,
Bairro São Francisco.
Telefone para contato: 47 9 9176 5253
E-mail: eliane.costa@uniplaclages.edu.br

**APÊNDICE B – FORMULÁRIO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA –
BENEFICIÁRIOS**

Nome: _____

Idade: _____

Curso: _____

Local de moradia: _____

1. O que é o Programa de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social para você?

- Não sei
- Uma política pública que tem como fundamento o direito à educação.
- Uma ajuda financeira do IFSC.
- Um favor do governo.
- Outro

2. Quais Auxílios você recebe?

3. Se você não tivesse recebido os auxílios estudantis...

- Desistiria do curso
- Buscaria um emprego e continuaria estudando
- Continuaria estudando
- Outro

04. Geralmente você utiliza o Auxílio para quê?

05. O que você sugere para o aperfeiçoamento do Programa?

06. Descreva uma experiência significativa que você vivenciou em relação ao PAEVS.

**APÊNDICE C – FORMULÁRIO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA –
SERVIDORES**

Nome: _____

Idade: _____

Cargo _____

1. O que é o Programa de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social para você?

- Não sei
- Uma política pública que tem como fundamento o direito à educação.
- Uma ajuda financeira do IFSC.
- Um favor do governo.
- Um direito do estudante em situação de vulnerabilidade social.
- Outro

2. Em sua opinião, o que é preciso melhorar no PAEVS?

3. Qual sua avaliação sobre esta política de atendimento ao estudante?

4. Você tem sugestões para o aperfeiçoamento do Programa?

5. Na hipótese da não existência do PAEVS, haveria alguma desvantagem para o IFSC e os beneficiários do Programa? Se sim, quais?
